----------**ATA N.º 5**----------

------Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal de Felgueiras, em sessão ordinária, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, devidamente convocada, nos termos do n.º 1 do Artigo 30.º do *Regimento*, para ter início às dezoito horas e trinta minutos, com a seguinte ORDEM DO DIA:----------

1. APRECIAÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ARTIGO 25.º, N.º 2, ALÍNEA C), DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – **PARA CONHECIMENTO**;
2. EPF - ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E.M. UNIPESSOAL, LDA. – PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2021 – **PARA CONHECIMENTO**;
3. ACLEM - ARTE, CULTURA E LAZER, EMPRESA MUNICIPAL, E.M. - RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021– **PARA CONHECIMENTO**;
4. ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO – ANO 2021 – **PARA CONHECIMENTO**;
5. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2021;
6. PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DE NOVOS PROJETOS DE INVESTIMENTO OU A SUA REPROGRAMAÇÃO;
7. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS ORÇAMENTAIS DE 2022;
8. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS – IDENTIFICAÇÃO DO ÂMBITO DE INTERVENÇÃO DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS;
9. REVISÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS;
10. ELEIÇÃO DOIS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS.

------O Senhor Presidente da Assembleia, José da Silva Campos, assumiu a presidência da Mesa, sendo coadjuvado pela Primeira Secretária, Margarida Paula Leite Faria

Teixeira de Sousa, e pela Segunda Secretária, Simone Manuela Dias de Magalhães, nos termos da legislação em vigor. ----------

------Feita a chamada, pelas 18,55 horas, verificou-se a presença de trinta e sete membros dos quarenta e sete que constituem este Órgão. ----------

------Estiveram presentes, na reunião, conforme lista de presenças que se anexa à presente ata (Doc. n.º 1), os membros a seguir mencionados: ----------

------ **DEPUTADOS:** ----------

------Agostinho do Vale Ferreira, António Alfredo Macedo Alves, António Joaquim Ribeiro da Silva, António Jorge Ferreira da Silva, Carla Cristina Neto Lobão, Catarina Isabel Assis de Sousa, Diana Margarida Teixeira Ribeiro, Eduardo Jorge Sampaio de Magalhães, em substituição de Marta Manuela Teixeira Simões (artigo 78º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro), Élio David Rodrigues da Silva, em substituição de Paulo Jorge Brochado Soares (artigo 78º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro), Elisa Odete Serdoura Rodrigues, Hernâni Jorge Teixeira Diogo, João Fernando Lopes de Sousa, José Carlos Santos Lopes, José Carvalho Mendes, José da Silva Campos, José Manuel da Costa Martins, Júlia Maria Gomes Silvério Peixoto, Leonel Fernando Pinto Coelho da Costa, Luís Paulo Leite Pinto, Margarida Paula Leite Faria Teixeira de Sousa, Maria de Fátima Fernandes de Castro, Mário Rui Pinheiro Gaspar, Rui Miguel Ribeiro de Oliveira, Sandra de Fátima Mendes Teixeira, Sandro Davide Sousa Afonso, Simone Manuela Dias de Magalhães e Vítor José Mendes Silva. ----------

------**PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA:** ----------

------**Aião** – José Manuel Fernandes Pinto, **Airães** – Nuno Miguel Teixeira Lopes, **Friande** – Júlio da Silva Pereira, **Idães** – Sílvia Perpétua Lopes da Cunha, **Jugueiros** – Hugo Emanuel Pinto Sampaio, **Penacova** – Joaquim Jorge Leite Marinho, **Pinheiro** – Gina Maria Sousa Costa, **Pombeiro de Ribavizela** – Bartolomeu Virgílio Borges Pereira, **Refontoura** – João Filipe Faria Valente, **Regilde** – Américo Jorge Vaz Monteiro, **Revinhade** – Paulo Eduardo Macedo Pereira, **Sendim** – José Carlos Pinto

da Silva, **União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos** – Liliana Patrícia Pires da Cunha, em substituição de Marco César Teixeira da Silva (alínea c do nº 1 do artigo 18º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro), **União das Freguesias de Margaride (Santa Eulália), Várzea, Lagares, Varziela e Moure** – José António Lemos de Araújo, **União das Freguesias de Pedreira, Rande e Sernande** – Lúcia Alexandra Sampaio Valente de Melo Ribeiro, **União das Freguesias de Torrados e Sousa** – Fernando Miguel da Costa Aires Faria, **União das Freguesias de Unhão e Lordelo** – Mário Ribeiro da Costa, **União das Freguesias de Vila Cova da Lixa e Borba de Godim** – José António de Sousa Guimarães, **União das Freguesias de Vila Fria e Vizela (São Jorge)** – Sandra Alice da Silva Loureiro e **União das Freguesias de Vila Verde e Santão** – Hélder Filipe Magalhães e Silva.----------

------Estiveram, presentes, pela Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Fonseca e os Senhores Vereadores A. Fernando Fernandes, Ana Medeiros, Joel Costa, Ricardo Freitas, Virgílio Ferreira e Hugo Martins. ----------

------Seguidamente, e após verificação do quórum, pelas 19,00 horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. ----------

------O Senhor Presidente da Assembleia Municipal proferiu o seguinte: "Em primeiro lugar, cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, os Srs. Secretários da Mesa, os Srs. Vereadores, os Srs. Deputados, os Srs. Presidentes de Junta e o público em geral, e também os ouvintes da Rádio Felgueiras, que nos escutam em direto nesta sessão. Dar-lhes a todos as boas-vindas e agradecer a disponibilidade para estarem aqui hoje presentes. Começava por fazer um agradecimento mais pormenorizado e mais grato aos líderes que integram a Comissão Permanente, aos Grupos Parlamentares pelo facto de terem anuído à alteração, junto dos seus pares naturalmente, para que esta reunião, já depois de ter sido convocada e com hora marcada, pudesse ser antecipada quanto à hora da abertura. Assim, iriamos então iniciar a nossa sessão de hoje. Dispõem da ordem de trabalhos, que será o segundo ponto desta nossa reunião e

iriamos começar, como é usual, pela discussão e aprovação da Ata da última reunião da nossa Assembleia que se realizou no dia vinte e cinco do mês de fevereiro como se recordam e vos foi remetida. Portanto, certamente que a leram e se, entretanto, a mesma suscitou alguma dúvida ou algum reparo, agradecia que o fizessem. Não havendo qualquer objeção, iriamos então submetê-la a aprovação, sendo que só pode votar quem participou nessa reunião do dia vinte e cinco de fevereiro."----------

------De seguida, procedeu-se à votação da Ata n.º 4, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade.** ----------

------De, imediato passou-se ao:----------

---------- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**----------

------**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José da Silva Campos, proferiu o seguinte:**----------

------ "O ponto seguinte é a atividade desenvolvida pelo Presidente da Assembleia Municipal, que também vos foi remetida. Não sei se relativamente à correspondência recebida, quer àquilo que foi a atividade durante este período, que medeia entre o dia vinte e cinco de fevereiro e a data da remessa da documentação para esta sessão. Se há alguém que queira colocar alguma questão ou tenha alguma dúvida, senão passamos à frente porque era só para conhecimento." ----------

------**Seguidamente, foi aberto o período de inscrições para a emissão de votos de louvor, congratulação, de saudação, de protesto ou de pesar, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 34.º do Regimento.**----

------Inscreveram-se para usar da palavra:----------

------ **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José da Silva Campos, proferiu o seguinte:**----------

------ A este propósito, informo que deram entrada na Mesa da Assembleia dois votos com o mesmo objetivo. Um voto apresentado pelo Grupo Parlamentar SIM ACREDITA relativamente a um voto de pesar pela morte do Senhor Armindo da Costa Ribeiro, que

foi Presidente da Junta de Pombeiro de Ribavizela, que diz o seguinte:----------

----------**VOTO DE PESAR**----------

------ **"Armindo da Costa Ribeiro"**----------

------O Senhor Armindo Ribeiro foi um grande Homem da nossa terra! ----------

------Foi, um homem de valor e de valores, colocando sempre os interesses da freguesia acima dos seus próprios interesses e zelando pelo bem-estar da população. -

------O Senhor Armindo sempre procurou o melhor para a nossa terra, lutando e trabalhando em prol de todos os Pombeirenses. ----------

------Era um homem de ideias, de valores e, sobretudo, um homem de ações que muito orgulha os Pombeirenses e com quem muito aprendemos.----------

------No passado dia 28 de fevereiro, o Senhor Armindo partiu, mas não sem antes nos deixar parte do seu legado, dos seus ideais e todo o fruto do seu trabalho por Pombeiro.----------

------Não podíamos deixar de expressar a nossa profunda gratidão para com o Senhor Armindo, por todo o trabalho que desenvolveu, por todo o empenho que colocou no seu trabalho e por toda a dedicação e preocupação que sempre demonstrou para com a nossa freguesia.----------

------Por esta enorme perda para a freguesia de Pombeiro e para o concelho de Felgueiras, propomos a aprovação deste voto de pesar e que este seja dado a conhecer à família enlutada." ----------

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José da Silva Campos apresentou o segundo voto de pesar:----------

------ "Do mesmo modo o PSD, através do seu Líder, entregou na Mesa também um voto de pesar pelo Senhor Armindo da Costa Ribeiro."----------

----------**VOTO DE PESAR**----------

------ **"Armindo da Costa Ribeiro"**----------

------Faleceu, com 79 anos de idade, no passado dia 1 de março, o ex-Presidente da

Junta de Freguesia de Pombeiro, Armindo da Costa Ribeiro.----------

------Homem de valores, dedicou grande parte da sua participação cívica, política e autárquica à afirmação da freguesia de Pombeiro.----------

------Na exaltação do seu desempenho e em sinal de solidariedade com um antigo membro desta Assembleia Municipal, por inerência de funções, o PSD – Partido Social Democrata propõe a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Armindo da Costa Ribeiro, como forma simbólica de homenagem institucional. ----------

------Que deste voto se dê conhecimento à família enlutada e à Assembleia e Junta de Freguesia de Pombeiro."----------

------De seguida, procedeu-se à votação dos dois Votos de Pesar: - **Aprovados por unanimidade.**----------

-----O Senhor Deputado António Jorge Ferreira da Silva, membro do Grupo Político Municipal da Coligação SIM ACREDITA L.PS, apresentou um Voto de Pesar: ----------

----------**VOTO DE PESAR**----------

------ **"Eunice Muñoz"** ----------

------Faleceu no passado dia 15 de abril, em Lisboa, com 93 anos de idade, aquela que muitos consideram a maior atriz portuguesa de todos os tempos, a atriz Eunice Muñoz.

------Eunice Muñoz nasceu na Amareleja, distrito de Beja, a 30 de junho de 1928, no seio de uma família onde pais e avós eram atores de teatro e artistas de circo.----------

------Ainda muito jovem, com apenas 5 anos de idade, entrou em pequenas peças musicais. Aos 13 anos representou no Teatro Nacional D. Maria II, na Peça "O Vendaval", de Virgínia Vitorino.----------

------Em 1942 ingressou no Conservatório Nacional de Lisboa, terminando o Curso de Teatro, três anos mais tarde, com a classificação de 18 valores. Ao longo da sua atividade artística desempenhou papeis de todos os géneros teatrais, em obras dos mais destacados dramaturgos clássicos e contemporâneos.----------

------Ao, longo do seu percurso de 80 anos no teatro, cinema, rádio e televisão, Eunice Muñoz foi agraciada com os mais importantes galardões nacionais, tendo em 1955 recebido o Prémio da Crítica pelo seu desempenho em "Joana d'Arc" e, em 1963, o Prémio SNI com "O Milagre" de Ana Sullivan, entre muitos outros. O seu trabalho foi também reconhecido oficialmente através da Medalha de Mérito Cultural da Secretaria de Estado da Cultura e o grau de Cavaleiro da Ordem de Santiago e Espada. ----------

------Mas, esta grande atriz portuguesa tem também uma ligação a Felgueiras. De facto, em 30 de setembro de 2011, ano em que andava em digressão com a peça "O Ano do Pensamento Mágico", tornou-se, juntamente com o grande ator português Rui de Carvalho, madrinha da Casa das Artes de Felgueiras, um espaço cultural de referência no concelho de Felgueiras. Com a sua ilustre presença na inauguração deste espaço cultural, onde elogiou o trabalho feito em prol da cultura, contribuiu também para o incremento e divulgação da Cultura em Felgueiras. ----------

------Por todo o seu percurso enquanto atriz, pelo seu rico legado cultural que nos deixa a todos, pela honra que nos deu ao apadrinhar a Casa das Artes de Felgueiras, merece todo o nosso reconhecimento. ----------

------Apresentamos, este voto de pesar e que dele seja dado conhecimento à família."-

------De seguida, procedeu-se à votação do presente Voto de Pesar: - **Aprovado por unanimidade.** ----------

-----O Senhor Deputado Élio David Rodrigues da Silva, membro do Grupo Político Municipal da Coligação SIM ACREDITA L.PS, apresentou um Voto de Louvor: ----------

---------- **VOTO DE LOUVOR**----------

------ **"Atleta da União Desportiva de Várzea Mariana Moreira é a Nova Recordista Nacional dos 1000 Metros em Iniciados"** ----------

------A jovem atleta felgueirense Mariana Moreira sagrou-se, em Beja, Campeã Nacional do **km Jovem**, em representação da Associação de Atletismo do Porto.-------

------Além do título de campeã nacional, a atleta conseguiu um novo recorde nacional na distância dos 1000 metros, na categoria de iniciados, ultrapassando a melhor marca no escalão de juvenis.----------

------De referir que Mariana Moreira é detentora de seis recordes nacionais. ----------

------Com uma participação muito positiva, a atleta Felgueirense revelou uma atitude competitiva muito elevada, permitindo arrecadar mais uma conquista assinalável. ------

------Pela excelência e pelo reconhecimento, que muito orgulha o concelho de Felgueiras, merece o nosso apreço e reconhecimento.----------

------Assim, propomos a aprovação deste voto de louvor e que este seja dado conhecimento à própria, à União Desportiva de Várzea, à Associação de Atletismo do Porto e à Federação Portuguesa de Atletismo."----------

------De seguida, procedeu-se à votação do presente Voto de Louvor: - **Aprovado por unanimidade.**----------

------ **O Senhor Deputado Hugo Emanuel Pinto Sampaio, e Presidente da Junta de Freguesia de Jugueiros, procedeu à leitura do seguinte Voto de Louvor:** ----------

---------- **VOTO DE LOUVOR**----------

------ **"NAI-PREDATOR PACK E KTF/VÁRZEA PADROEIRO 23"** ----------

------Decorreu, entre os passados dias 10 e 13 de março, na Expoeste (Caldas da Rainha), mais uma edição da "WAC – World-All-Kempo-Styles Open Championship", com a presença de mais de 2500 atletas de todo o mundo, sob a égide organizativa da Federação Portuguesa Lohan Tao Kempo.----------

------Nota para as relevantes prestações de atletas de 2 clubes felgueirenses, a Escola de Kempo de Felgueiras, NAI-PREDATOR PACK e a KTF/Várzea Padroeiro 23, com especial destaque para Bruno Silva (Vice-campeão mundial na modalidade de Light Tempo, na categoria de menos de 63 kg, 14/15 anos), Ricardo Fonseca (primeiros lugares em Demo Show Individual, Submission e Formas Sino Vietnamitas) e Mariana

Castro (primeiro lugar em Knockdown, segundos lugares em Light Kempo, Semi Kempo e Full Kempo e 3º lugar em Rumble KidsJorge, Full Kempo e Submission). ------

------Ênfase ainda para a atribuição do prémio "Coach Excellence" ao treinador da KTF, Manuel Silva.----------

------Pelas conquistas desportivas alcançadas, o PSD-Partido Social Democrata propõe que esta Assembleia Municipal de Felgueiras enalteça formalmente, através de um Voto de Louvor, os feitos alcançados pelos atletas destes clubes felgueirenses, como estímulo institucional ao trabalho inovador desenvolvido. ----------

------Que desta decisão se dê conhecimento aos referidos clubes."----------

------De seguida, procedeu-se à votação do presente Voto de Louvor: - **Aprovado por unanimidade.**----------

------ **O Senhor Deputado Leonel Fernando Pinto Coelho da Costa, e líder do Grupo Político Municipal do PSD, procedeu à leitura do seguinte voto de louvor: ----------**

---------- **VOTO DE LOUVOR**----------

------**"Vespa Vintage de Felgueiras"**----------

------Nos passados dias 22 e 25 de abril de 2022, o Vespa Vintage de Felgueiras organizou a "Mítica EN2", uma importante iniciativa de convívio, amizade e paixão pelas Vespas, que juntou centenas de participantes de todo o país e do estrangeiro, percorrendo 738 kms de aventuras, património e gastronomia. ----------

------Mais do que tudo, esta peculiar associação de Felgueiras tem promovido, ao longo dos tempos, a nossa terra e suas particularidades, nos mais diversos programas televisivos e reportagens jornalísticas, afirmando o nosso empreendedorismo, o nosso Pão de Ló, o nosso Vinho Verde e o nosso património histórico, sob o pretexto da paixão comum pelas Vespas, este marcante ícone do motociclismo internacional, com uma história de mais de 75 anos. ----------

------Pelo papel preponderante e dinâmico que esta Associação de apaixonados pelo

convívio e motos tem desenvolvido, sempre com a preocupação de promover Felgueiras, o PSD-Partido Social Democrata propõe que esta Assembleia Municipal de Felgueiras enalteça formalmente, através de um Voto de Louvor, a ação desta Associação, como estímulo institucional ao trabalho desenvolvido, reconhecendo a sua importância na recuperação sócio cultural no pós-pandemia. ----------

------Que desta decisão se dê conhecimento ao Vespa Vintage de Felgueiras."----------

------De seguida, procedeu-se à votação do presente Voto de Louvor: - **Aprovado por unanimidade.** ----------

------ **O Senhor Deputado Rui Miguel Ribeiro de Oliveira, do Grupo Político Municipal do PSD, procedeu à leitura do seguinte voto de louvor:**----------

---------- **VOTO DE LOUVOR**----------

------**"Rúben Pires, Lara Costa e UD Várzea"** ----------

------Decorreu no passado dia 19 de março, a 21.ª edição dos Campeonatos Nacionais de Corta Mato Curto, que se realizaram no concelho vizinho de Guimarães. ----------

------Especial destaque para os títulos obtidos de Campeões Nacionais para os atletas da União Desportiva de Várzea, Rúben Pires, em juniores Masculinos e Lara Costa, em Juvenis Femininos. ----------

------Na mesma competição, em Juvenis Femininos, merece realce a obtenção do título Coletivo de Campeãs Nacionais pelas atletas do União Desportiva de Várzea, Lara Costa, Ana Costa, Lara Sampaio, Beatriz Fernandes, Margarida Teixeira e Jéssica Furtado, fazendo jus à boa tradição de formação do referido clube.----------

------Menção ainda para os bons resultados dos atletas Diana Fernandes (Vice-Campeã Nacional em Sub-20), Raquel Sampaio (3º lugar em Sub-23 Femininos), Estela Melo (3º lugar em Veteranos F45) e António Costa (3º lugar em Veteranos M50).----------

------Pelas conquistas desportivas realçadas, o PSD-Partido Social Democrata propõe que esta Assembleia Municipal de Felgueiras enalteça formalmente, através de um Voto de Louvor, os feitos alcançados pelos jovens felgueirenses Rúben Pires e Lara

Costa, como estímulo institucional ao trabalho desenvolvido, assim como à equipa de Juvenis Femininos da União Desportiva de Várzea por mais um título nacional. ----------

------Que, desta decisão, se dê conhecimento aos atletas e à União Desportiva de Várzea."----------

------De seguida, procedeu-se à votação do presente Voto de Louvor: - **Aprovado por unanimidade.** ----------

------ **O Senhor Deputado Américo Jorge Vaz Monteiro, e Presidente da Junta de Freguesia de Regilde, procedeu à leitura de um Voto de Agradecimento:** -

----------**VOTO DE AGRADECIMENTO** ----------

------**"Agradecimento da visita da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal ao Parque Natural"** ----------

------Queria agradecer a presença de uma delegação da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, em Regilde, para visitar o nosso Parque Natural de Regilde. Pedia desculpa, também, pela minha ausência, mas não foi possível estar presente. Aproveitava, também, para convidar todos os Membros da Assembleia, como já o fiz a todos os Membros do Executivo e ao Senhor Presidente, para estarem presentes no dia 22 para a inauguração do nosso Parque Natural de Regilde, que tem início às 11 horas e prolonga-se por todo o dia. Gostaria muito que todos estivessem presentes. Aquilo não é um orgulho só para todos em Regilde, mas acho que é um orgulho para todos os Felgueirenses." ----------

------ **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José da Silva Campos, proferiu o seguinte:**----------

------Obrigado Senhor Presidente. O convite está aceite e certamente os presentes irão associar-se à festa na sua freguesia. ----------

------ **O Senhor Deputado Nuno Miguel Teixeira Lopes, e Presidente da Junta de Freguesia de Airães, procedeu à leitura do seguinte Voto de Louvor:** -------

---------- **VOTO DE LOUVOR**----------

------**"Agrupamento de Escolas de Airães"** ----------

------Comemoraram-se, no passado dia 24 de abril de 2022, os 20 anos de existência do Agrupamento de Escolas de Airães!----------

------A Sessão Solene Comemorativa decorreu na passada terça-feira, dia 26 de abril, com a participação de toda a comunidade educativa, tendo sido enaltecidos os prémios e sucessos alcançados ao logo destes últimos 20 anos, afirmando-se a Qualidade e Familiaridade do Ensino no conjunto de Escolas daquele Agrupamento. ----------

------Assinalando a importância da afirmação do Ensino de Qualidade no concelho de Felgueiras, o PSD-Partido Social Democrata propõe que esta Assembleia Municipal de Felgueiras enalteça formalmente, através de um Voto de Louvor, a efeméride da data, afirmando a solidariedade institucional com a afirmação local e qualitativa daquele Agrupamento de Escolas. ----------

------Que, desta decisão, se dê conhecimento ao Agrupamento de Escolas de Airães, na pessoa do seu Diretor, Prof. Jorge Morgado."----------

------De seguida, procedeu-se à votação do presente Voto de Louvor: - **Aprovado por unanimidade.** ----------

------ **O Senhor Deputado Vítor José Mendes da Silva, do Grupo Político Municipal do PSD, procedeu à leitura dos seguintes votos de louvor: ---------**

---------- **VOTO DE LOUVOR**----------

------**"FOCA QUINTA DA LIXA – Clube de Natação de Felgueiras"** ----------

------Decorreu, em Coimbra, de 31 de março a 3 de abril de 2022, o Campeonato Nacional de Natação de Juvenis, Juniores e absolutos, onde, uma vez mais os atletas do Foca Quinta da Lixa – Clube de Natação de Felgueiras se exibiram ao mais alto nível! ----------

------Destaque para os títulos nacionais alcançados por Francisca Martins (Campeã Nacional Absoluta dos 100 m e 200 m Livres, que obteve os mínimos para participar nas Universíadas), Ana Beatriz Vieira (Campeã Nacional Juvenil A nos 200 m e 400 m

Livres), que obteve a melhor performance por pontos FINA do Campeonato, tendo sido convocada para representar Portugal no Festival Olímpico da Juventude Europeia, que decorrerá na Eslováquia, entre 24 e 30 de julho e Leonardo Moura (Campeão Nacional Juvenil B nos 50 m e 100 m Mariposa). ----------

------Pelas conquistas desportivas realçadas, o PSD – Partido Social Democrata propõe que esta Assembleia Municipal de Felgueiras enalteça formalmente, através de um Voto de Louvor, os feitos alcançados por este Clube de Natação, como estímulo institucional ao trabalho desenvolvido, assim como a todos os atletas felgueirenses que obtiveram títulos e os resultados mínimos para participarem neste Campeonato Nacional.----------

------Que, desta decisão, se dê conhecimento aos atletas e ao FOCA Quinta da Lixa – Clube de Natação de Felgueiras." ----------

---------- **VOTO DE LOUVOR**----------

------**"Mariana Moreira e Nélson Moreira"**----------

------Decorreu, no passado dia 9 de abril, em Beja, no Complexo Desportivo Fernando Mamede, o Campeonato Nacional do "Km Jovem". ----------

------Em representação da Associação de Atletismo do Porto participaram os atletas felgueirenses Mariana Moreira, do União Desportiva de Várzea, e Nélson Moreira, do Núcleo de Barrosas Amador, tendo logrado vencer as suas provas, em Iniciados Femininos e Masculinos, respetivamente, sagrando-se Campeões Nacionais naquela distância. ----------

------Destaque para a marca alcançada pela Mariana Moreira, com 2 minutos e 49.40 segundos, que, para além da conquista do título nacional, permitiu-lhe alcançar mais um novo recorde nacional na distância dos 1000 metros, sendo com apenas 14 anos, detentora de seis recordes nacionais. ----------

------Os dois referidos atletas, juntamente com Lara Sampaio, da União Desportiva de Várzea, que ficou em 3.º lugar na prova de Iniciados Femininos, permitiram ainda que

a Associação de Atletismo do Porto alcançasse o 1.º lugar coletivo na referida competição. ----------

------Pelos auspiciosos factos apontados, o PSD – Partido Social Democrata propõe que esta Assembleia Municipal de Felgueiras enalteça formalmente, através de um Voto de Louvor, os feitos alcançados por estes dois jovens felgueirenses, como estímulo institucional ao trabalho desenvolvido. ----------

------Que, desta decisão, se dê conhecimento aos atletas, à Associação de Atletismo do Porto, à União Desportiva de Várzea e ao Núcleo Barrosas Amador.----------

------De seguida, procedeu-se à votação, em conjunto, dos presentes dois Votos de Louvor por concordância do proponente e por todos os Membros: - **Aprovados por unanimidade.** ----------

------O Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Felgueiras fez um alerta de que lhe tinha chegado uma informação à Mesa de que todos deveriam ter cuidado porque havia alguém que estava em casa e que estava a ouvir o que se passava na nossa Assembleia, sem ser através da Rádio Felgueiras, não aquilo que se diz aqui, mas alguns ruídos de fundo, o que não seria muito agradável. Pediu desculpa pela intervenção e pediu contenção na troca de comunicações em cada um dos lugares. ----

------**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José da Silva Campos, proferiu o seguinte:**----------

------"Terminado este período, coloco à vossa consideração a aprovação de um Voto de Louvor ou de Congratulação por um facto que nos deve orgulhar." ----------

---------- **"VOTO DE CONGRATULAÇÃO"**----------

------**António Pedro Teixeira de Castro Lopes Faria e Rui Pedro Guimarães de Melo Carvalho Lopes, Deputados eleitos para a Assembleia da República-----**

------A Mesa da Assembleia Municipal decide propor um Voto de Congratulação por um facto que nos deve orgulhar.----------

Com efeito, nas recentes eleições para a Assembleia da República, o nosso concelho

viu ser eleitos, através das listas Distritais propostas pelo PS e pelo PSD, dois ilustres Felgueirenses, ou melhor, duas personalidades de Felgueiras que a partir de agora, quer queiramos ou não, contarão para a história como ilustres Felgueirenses que fazem parte da Assembleia da República.----------

------São eles, concretamente, António Pedro Teixeira de Castro Lopes Faria, pelo Partido Socialista e Rui Pedro Guimarães de Melo Carvalho Lopes, pelo PSD.----------

------Assim, a Mesa da Assembleia propõe que aprovemos um voto de Congratulação pela eleição e o desejo muito sincero de que saibam não só, ser Deputados da Nação, porque o são em primeiro lugar, mas que saibam também defender bem, e sempre que possível, os interesses do Distrito e também da terra de onde são oriundos, isto é, Felgueiras.----------

------Mais propõe que do mesmo seja dado conhecimento aos Senhores Deputados."--

------De seguida, procedeu-se à votação do presente Voto de Congratulação: -

Aprovado por unanimidade. ----------

------ **Seguidamente, foi aberto o período de inscrições para declarações políticas, de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 2 do Artigo 34.º do Regimento:**----------

------Inscreveram-se, para usar da palavra: ----------

------**O Senhor Deputado Leonel Fernando Pinto Coelho da Costa, e líder do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte declaração:** ----------

------"Vivemos, ainda, períodos conturbados. Se por um lado, parece estarmos a recuperar da pandemia, temos agora uma guerra sangrenta e atroz que, apesar de se travar a milhares de quilómetros de nós, temos já bem presentes os efeitos da mesma, quer humanos, quer económicos. Nós, em Portugal e em particular em Felgueiras, continuamos a viver num cantinho do mundo, livre e seguro. Ainda esta semana assinalamos mais um aniversário da revolução de abril. Apesar de não ter podido estar presente na sessão solene organizada pelo Município, dei por mim a pensar que podia

ser um bom momento para este Executivo e a maioria SIM ACREDITA refletir um pouco sobre princípios democráticos. E isto vem a respeito da última Assembleia Municipal, em que as intervenções do Grupo Político Municipal do PSD, e posições a respeito da exploração do lítio deixaram a nu, cremos, que relativamente a este assunto, este Executivo diz uma coisa, mas na verdade fez outra. Foi óbvio para todos os que assistiram a esta Assembleia Municipal que a mesma foi muito incómoda para o Executivo e, por isso, a opção da maioria SIM ACREDITA foi a de criticar a oposição por desempenhar uma das suas funções e acusaram-nos de politizar o tema. Alguns, mais que isso, até se ausentaram das votações para não se comprometerem, dando um muito fraco contributo para a dignificação do papel de membro desta Assembleia Municipal, optando por não fazer aquilo para que foram eleitos. Alguns não querem aceitar, mas de facto o que fazemos aqui dentro é política. Todos, salvo com exceção do Senhor Presidente de Junta de Vila Verde e Santão, fomos indicados por partidos políticos ou eleitos com o seu apoio. E política, de facto, é a tomada de opções para o bem-estar comum. E são essas opções que aqui discutimos. A maioria SIM ACREDITA, talvez precisamente por ser maioria, não aceita críticas e a forma já habitual de reação é acusarem a oposição e até mesmo vitimizarem-se pelas críticas que fazemos. Prometo que até vou apurar, com mais calma, este dado em concreto, mas arrisco adiantar que o número de propostas do SIM ACREDITA que votamos contra nos últimos quatro anos não deverá ter sido superior a 10%. Quando somos a favor somos, e é a esmagadora maioria dos casos. Não somos do contra só por sermos da oposição. Mas, quando temos uma visão diferente, em respeito à função para que fomos eleitos, não nos coibimos de a manifestar apesar das vossas tentativas de, como eu expliquei, condicionamento. E um bom exemplo do que somos a favor, apoiamos e não temos qualquer problema de, como noutros assuntos, fazer esse reconhecimento, até público, aqui, como é a Zona Industrial do Alto das Barrancas. Na última Assembleia Municipal eu próprio, em representação do PSD, teci merecidos elogios a

esta obra que será tão importante para o concelho. Agora, tenho de manifestar mais um bem-haja pela forma como o Executivo nos deu a conhecer a todos a obra e o projeto. Este sim, é um bom exemplo de boas práticas de governação e de lidar com a oposição. Na última Assembleia Municipal, em jeito, creio, muito positivo, em representação do Grupo Político a que pertenço, fiz várias sugestões para o projeto de regulamento dessa Zona Industrial, que está agora na fase de apresentação de contributos. Não os vou repetir, apenas solicitamos que os mesmos sejam tidos em conta. Para não terminar num tom tão positivo, de tal forma, e quem nos ouça pela primeira vez quase não perceba o reparo que há pouco fiz, queria deixar aqui apenas algumas notas sobre dois assuntos. Em primeiro, acho que é tempo deste Executivo tomar medidas muito concretas para resolver o problema cada vez maior da falta de estacionamentos. O Senhor Presidente da Câmara Municipal, que até foi Presidente da Associação Empresarial de Felgueiras, terá certamente conhecimento que o aumento dos parquímetros, mesmo que a preços simbólicos, mas desde que acompanhados com uma efetiva fiscalização, é uma medida que favorecerá o comércio local pela rotatividade dos lugares disponíveis. Essa medida poderá não ser do agrado de outros, mas há que encarar este assunto e pensando no que é melhor para o concelho e não somente se a medida vai ter aceitação popular ou não. O outro assunto acaba por estar um bocadinho relacionado com este, que é o das obras de requalificação da Praça Vasco da Gama. Senhor Presidente da Câmara Municipal, questiono o que se passou para uma derrapagem da obra de 320 mil euros, por falta de previsão de trabalhos necessários executar? O que é que se passa nesse departamento para que situações tão significativas passem despercebidas aos técnicos? Situações como esta são já frequentes ao longo dos últimos anos, em que o Município acaba por pagar muito mais do que o previsto e que esteve na base do concurso público. E, por fim, porque é que a empreiteira suspendeu a obra em fevereiro 2021 e só passado cerca de um ano é que tivemos solução aprovada?"----------

------ **O Senhor Deputado António Alfredo Macedo Alves, e líder do Grupo Político Municipal do SIM ACREDITA – L.PS, proferiu a seguinte declaração:**

------"Acabamos de comemorar mais um aniversário do 25 de abril, este ano com um significado muito especial por se completar um período de tempo em democracia superior ao período de ditadura, numa altura em que grande parte da população portuguesa já nasceu durante o regime democrático e também por ser comemorado solenemente, em Felgueiras, o que já não acontecia há alguns anos. A revolução de abril alterou radicalmente a sociedade portuguesa instituindo a democracia que arrastou consigo algumas conquistas fundamentais para a população. O Poder Local foi, de forma inequívoca, uma das maiores conquistas que resultou da revolução de abril. Foi, essencialmente, a partir de 1976 que o Poder Local consolidou e, com o seu crescente reforço, o rosto dos municípios e das freguesias sofreu profundas alterações, para melhor, na esmagadora maioria dos casos. Em 1976, grande parte dos municípios não tinha as acessibilidades que hoje têm, não tinham os equipamentos e infraestruturas que hoje têm, não tinha redes de água, gaz e eletricidade que hoje existe. A consolidação do Poder Local culminou, nos últimos anos, com a transferência de competências para as autarquias e entidades intermunicipais, nomeadamente nas áreas social, da educação e da saúde, num reconhecimento de que as autarquias locais são a estrutura fundamental para a gestão de serviços públicos numa dimensão de proximidade com as populações. Apesar da consolidação da democracia em Portugal, vivemos uma conjuntura económica mundial de grande instabilidade como consequência da Covid-19 e agora, a guerra na Ucrânia. Os preços da energia e da maioria das matérias primas têm aumentado de forma descontrolada, tendo como consequência a subida da inflação, na maioria dos países. Os custos de produção, na maioria dos casos, subiram cerca de 26%. A nível local, as consequências também se fazem sentir, provocando um aumento das despesas para as autarquias e retirando capacidade de investimento com repercussões para as populações. O nosso município,

tal como a maioria, não está, por isso, imune a estas dificuldades económicas, podendo ainda a vir ser confrontado com outros eventuais problemas. Os tempos que vivemos são, por isso, muito desafiantes e exigem aos políticos tomadas de decisão e o gizar de soluções que satisfaçam as necessidades das populações. Acreditamos que o Executivo Municipal encontrará as soluções que minimizem os impactos negativos externos e que potenciem o desenvolvimento do concelho. É neste contexto que hoje serão apresentadas as contas relativas ao exercício do ano 2021. É um exercício de transparência entre eleitos e eleitores na gestão dos dinheiros públicos. Foi seguida e consolidada a estratégia delineada pelo município, assente no investimento, no apoio às famílias e às empresas, no desenvolvimento sustentado, sem descurar o equilíbrio das contas públicas. Apesar de toda esta conjuntura, acreditamos que o Executivo Municipal, como tem dado mostras, terá capacidade suficiente para ultrapassar os obstáculos que possam surgir e encontrará as melhores soluções para uma gestão municipal criteriosa em prol dos Felgueirenses. Com o levantamento gradual das restrições impostas no combate à Covid-19, começaram também a ser criadas condições para a realização de grandes eventos com a presença do público e, com isso, uma nova dinâmica na realização de eventos culturais, no nosso concelho. Desta forma, a ACLEM realizou mais um Festival de Pão de Ló - Mostra Internacional de Doçaria Tradicional, depois de uma interrupção de dois anos. Foi um evento de grande sucesso, que permitiu aos empresários promover o melhor que se produz em Felgueiras, na área da doçaria tradicional e, simultaneamente, trouxe a Felgueiras centenas de pessoas, dinamizando o comércio local. Destaque, também, para a realização da Feira do Livro e da Leitura, realizada, com grande sucesso, na Biblioteca Municipal, onde o Livro e a Leitura estiveram em grande destaque, bem como um conjunto de outras atividades culturais, numa aposta clara na promoção da cultura no concelho. Mas a dinâmica da cultura do concelho não fica por aqui e existe já uma agenda cultural para o resto do ano, onde destacamos a Praça das Artes, com um

programa variado nos próximos meses, o Rally de Portugal e o S. Pedro. Para comprovar a determinação deste Executivo, na projeção e desenvolvimento do concelho, não podemos deixar de, aqui, perante os Felgueirenses, congratular o Executivo Municipal pelo início das obras da futura Zona de Acolhimento Empresarial do Alto de Barrancas. É um investimento superior a 5 milhões de euros, que pode ser considerado o maior investimento municipal dos últimos anos. Trata-se de uma área superior a 250 mil metros quadrados, onde estão a ser construídas infraestruturas para a implantação futura das empresas, cumprindo critérios de sustentabilidade ambiental. É uma das áreas empresariais maiores da região e mesmo do país, traduzindo a ambiciosa visão estratégica do Executivo Municipal para o desenvolvimento sustentado do concelho. Este grande investimento vai projetar Felgueiras no panorama regional e nacional, em termos de captação de investimento e de oferta de emprego qualificado. Vai permitir a diversificação empresarial no concelho e, com isso, criar maior sustentabilidade empresarial futura. Será um projeto emblemático para o concelho, que deve orgulhar os Felgueirenses e que perdurará para as gerações futuras. Reiteramos que o Executivo Municipal deverá continuar a sua ação estratégica com vista a aumentar a qualidade de vida no nosso concelho para que todos se orgulhem de viver em Felgueiras." ----------

------**Seguidamente, foi aberto o período de inscrições para discussão de assuntos de interesse político relevante, de acordo com o previsto na alínea c) do n.º 2 do Artigo 34.º do Regimento:**----------

------Não houve inscrições. ----------

------**Seguidamente, foi aberto o período de uso da palavra pelo Senhor Presidente da Câmara, Nuno Fonseca, de acordo com o previsto na alínea d) nº 2 do Artigo 34º do Regimento:** ----------

------**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Fonseca, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte:** ----------

------"Permita-me, Senhor Presidente, antes de mais, dar uma palavra de gratidão, não só ao Senhor Presidente da Assembleia, mas também a todos os membros desta Assembleia, pelo acolhimento da alteração da hora de início desta Sessão, que sugeri e, portanto, deixar aqui essa referência e agradecer o contributo. Também pelo contributo de não terem colocado muitas questões, porque temos um evento à porta e, portanto, será vantajoso, também, para podermos todos eventualmente associarmo-nos a esse grande momento. Apenas referir aqui, aquilo que foi dito pelo Dr. Leonel. Há princípios democráticos que tentamos manter. Não fomos eleitos por partidos políticos, mas sim pelas pessoas que nos elegeram, sem representação de eventuais partidos políticos, mas foi de facto uma grande maioria das pessoas, se calhar os tais 90%, mas uma grande percentagem de pessoas que nos elegeram e que deram legitimidade a que nós pudéssemos pôr em prática os projetos que temos. É claro que aqui e ali, podemos em determinados momentos partilhar, mais ou menos, os mesmos ideais, não deixamos nem somos donos da verdade, nem nunca quartejamos aquilo que é a vontade, ou aquilo que são as intenções de se fazer política, de apresentarem propostas. É claro que depois, dentro disso, cada um entenderá se vai segui-las ou não e, neste caso, o Executivo pode pô-las em prática ou não, mas também estou certo que a maior parte das sugestões que têm feito têm sido acolhidas e, portanto, felizmente hoje existe um bom relacionamento entre os Órgãos e pelas pessoas que fazem parte deles, não deixaremos de o fazer. As Barrancas foi de facto, aqui, uma situação que não era comum, que entendemos fazer, sobretudo tratando-se da maior obra que o município tem nos últimos anos. Portanto, sendo uma obra com maior peso, não só em termos de investimento, mas também uma obra que entendi que merecia, aqui, uma atenção diferente. Deixar, aqui, como sugestão, como falou da questão dos regulamentos, deixar nota a toda a Assembleia e a quem nos ouve que possam partilhar isso. Todos nós temos o direito, mas também, vou dizer obrigação, como eleitos, temos o dever de pelo menos dar os nossos contributos. Os

regulamentos estão abertos, estão numa fase de dar contributos para depois passarmos a uma fase de discussão pública e, portanto, aquilo que vos pedia a todos é que pudessem também dar esses contributos, porque é sempre mais fácil quando eles estão por escrito porque nos permite, ir afinando e melhorando aquilo que são os pressupostos em cada um. Quanto à questão das obras da Praça Vasco da Gama, teve um problema inicial que foi, no seguimento da obra foi detetado que haviam infraestruturas que, em determinados sítios, tinham que ser alteradas. Nesse pressuposto, essas alterações e apesar de terem sido feitos alguns estudos do solo, houve a necessidade, por uma questão de segurança, e do risco de prédios ruírem, houve que considerar um muro com características diferentes das que estavam previstas em projeto. Nesse sentido, uma vez que esses projetos têm prazos para serem cumpridos, suspendeu-se a obra, fizeram-se, no fundo, as alterações que eram necessárias para garantir a segurança dos prédios e das pessoas que lá habitam e, portanto, a alteração que foi feita foi no sentido de acautelar e de garantir a segurança das pessoas, apenas e só por isso. De resto, todos nós sabemos o quão desejamos que elas não derrapassem, que não tivessem inconvenientes. Temos um grande exemplo que é a estrada municipal 564, que também já nos deu dores de cabeça que chegue, e vamos tentando que isso não aconteça ao longo dos tempos, mas são as dores do crescimento e são às vezes pequenas coisas que vão surgindo, outras maiores como é o caso da 564 e, neste caso, foi uma questão de segurança. Portanto, enquanto estiver em causa a segurança de pessoas não devemos sequer hesitar naquilo que são as alterações, independentemente dos valores que estejam em causa."----------

------De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia fez a leitura dos Pontos da Ordem do Dia em voz alta, a saber: ----------

1. APRECIAÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DE ACORDO COM O DISPOSTO NO

ARTIGO 25.º, N.º 2, ALÍNEA C), DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – **PARA CONHECIMENTO**;

2. EPF - ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E.M. UNIPESSOAL, LDA. – PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2021 – **PARA CONHECIMENTO**;
3. ACLEM - ARTE, CULTURA E LAZER, EMPRESA MUNICIPAL, E.M. - RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021– **PARA CONHECIMENTO**;
4. ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO – ANO 2021 – **PARA CONHECIMENTO**;
5. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2021;
6. PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DE NOVOS PROJETOS DE INVESTIMENTO OU A SUA REPROGRAMAÇÃO;
7. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS ORÇAMENTAIS DE 2022;
8. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS – IDENTIFICAÇÃO DO ÂMBITO DE INTERVENÇÃO DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS;
9. REVISÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS;
10. ELEIÇÃO DOIS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS.

-------De seguida, deu-se início à discussão dos assuntos da Ordem do Dia:----------

1. APRECIAÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ARTIGO 25.º, N.º 2, ALÍNEA C), DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – PARA CONHECIMENTO.

------Este assunto foi presente somente para conhecimento da Assembleia, não havendo lugar a deliberação. ----------

------Não houve qualquer pedido de intervenção. ----------

2. EPF - ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E.M. UNIPESSOAL, LDA. – PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2021 – PARA CONHECIMENTO.

------Este assunto foi presente somente para conhecimento da Assembleia, não havendo lugar a deliberação. ----------

------Não houve qualquer pedido de intervenção. ----------

3. ACLEM - ARTE, CULTURA E LAZER, EMPRESA MUNICIPAL, E.M. - RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021 – PARA CONHECIMENTO.

-------Este assunto foi presente somente para conhecimento da Assembleia, não havendo lugar a deliberação.----------

------Inscreveu-se para usar da palavra: ----------

------**O Senhor Deputado Vítor José Mendes Silva, do Grupo Político Municipal do PSD, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte: --------**

------ "As empresas municipais foram criadas com o intuito de desenvolvimento local, através da promoção de atividades de interesse generalizado para o município e substancialmente satisfazer um vasto leque de necessidades coletivas da sua população, neste caso do município de Felgueiras. Surgem, com a ideia de tornar os serviços da administração pública menos burocratizados e complexos, com o propósito de dar uma resposta mais eficiente e célere. Assim, estas empresas como que obtiveram uma regulamentação especial, que outorga uma maior flexibilidade na sua regulamentação, bem como na efetivação de contratos públicos. Decorria o ano de 2012, quando a maioria das empresas municipais até então criadas, por não se inserirem nos critérios de sustentabilidade financeira vigentes na lei, acabaram por ser dissolvidas. Fruto da atualização da Lei n.º 50/2012, a ACLEM encontrou uma forma de continuar com a sua habitual agenda e atividades. Tendo isso como base, o próprio PSD, na mesma altura, revogou a decisão de dissolução que recaía sobre a ACLEM, por entender que a mesma teria a estreita finalidade de conseguir aderir a variadas linhas de crédito em vigor para o investimento nas artes, cultura e lazer. Caso disso, foi a criação da Casa das Artes e a requalificação do Teatro Fonseca Moreira, bem como a

renovação da Casa das Torres e também a reconversão da Escola de Adães Bermudes para a oficina de artes performativas, criando assim o denominado quarteirão das artes do concelho de Felgueiras. Cumprindo o seu propósito, com a conclusão do pagamento dos créditos para a conclusão das obras referidas, a ACLEM perde assim a sua função para a qual foi então designada. Esta empresa atualmente apenas sobrevive com a capitalização do erário público e está a replicar um serviço que já existe no nosso município. Pois, se já existe um departamento de cultura municipal devidamente estruturado, a ACLEM perde assim a finalidade para a qual encontra a sua subsistência. A nossa agenda cultural nas infraestruturas com essa finalidade foi praticamente nula e inexistente, mesmo quando as condições sanitárias já permitem a realização de eventos e espetáculos. Não houve uma agenda cultural digna, promovida pela ACLEM nestas infraestruturas e a Casa das Artes é um exemplo disso. Mesmo assim, verificou-se um aumento de 17% de gastos nas despesas do pessoal em relação a 2020. A ACLEM, apenas sobrevive com um contrato programa transferido pela autarquia, na ordem dos 600 mil euros, estando o mesmo inadequado, face à liquidação dos créditos e financiamentos contraídos que consomem uma grande percentagem do valor. Daí, no momento, ser uma verba exageradamente alta, para o tipo de ação cultural que a ACLEM proporciona. Consideramos então que há que repensar a ACLEM, os seus objetivos e se vale a pena ou não subsistir, se é uma Empresa Municipal diferenciadora, capaz de gerar as suas próprias receitas, sem estar dependente financeiramente do Erário Municipal e poder primar pela transparência. Nós cá estaremos, responsavelmente, na Assembleia Municipal, predispostos a ajudar a essa reflexão e a encontrar as melhores soluções para afirmar culturalmente Felgueiras, sem estarmos reféns do peso financeiro de uma Empresa Municipal. Em momento algum, o nosso grupo parlamentar e o próprio PSD querem acabar com a cultura em Felgueiras. Queremos sim que esta seja repensada, para que esteja devidamente estruturada na divisão municipal que é sua por direito. Acreditamos

assim, que através de uma dinamização específica e direcionada para as artes, cultura e lazer de Felgueiras, ainda teremos uma oferta mais rica e que irá ao encontro dos interesses de todos os munícipes."----------

------**A Senhora Deputada Catarina Isabel Assis de Sousa, do Grupo Político Municipal do SIM ACREDITA – L.PS, proferiu a seguinte:**----------

------"A ACLEM reinventou-se em plena pandemia. E levantadas as restrições impostas pela Covid-19 e num curto espaço temporal, já provou que o seu principal objetivo é constantemente cumprido - a promoção e a dinamização do conceito de Felgueiras. Julgamos que é notório o elevado nível de qualidade dos eventos realizados e visível a todos os felgueirenses e pelo país fora. Ainda assim, as constantes críticas feitas pela bancada do PSD são notórias e a não apresentação de propostas de cariz cultural são também uma realidade. Afinal que projetos para a cultura apresentam os deputados do PSD para o concelho? Quais as suas ideias? Até à data, apenas ouço um pedido incessante para a dissolução da ACLEM. As críticas são válidas quando construtivas e quando são efetuadas no sentido de aplicar uma mudança positiva. Quando efetuadas apenas e só para serem críticas são só e apenas desconstrutivas e muitas delas, como as que foram aqui hoje feitas, são até infundadas." ----------

------**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Fonseca, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte:**----------

------"Dizer ao Senhor Deputado Vítor Silva, que percebendo o discurso, a sensibilidade deste assunto da ACLEM para alguns dos Srs. Deputados e alguns membros que fazem parte de algumas organizações partidárias, dizer que essa dissolução de facto esteve em causa em 2012 que, depois, a lei veio a ser alterada permitindo que a ACLEM continuasse a laborar. Dizer-lhe, Senhor Deputado, percebendo e até respeitando a sua linha de raciocínio, tenho que lhe dizer que também há alguma incoerência, se hoje se diz que os serviços municipais tinham que assegurar o que a ACLEM faz, nunca fez sentido, então, ter constituído a ACLEM. Já desde essa altura que a Câmara tinha

serviços ligados à cultura para poder assegurar os requisitos necessários. Existem muitos projetos em curso, alguns ainda estão a ser trabalhados, candidaturas foram garantidas, obras que estão a ser feitas sobretudo naqueles equipamentos que ficaram ao abandono sem serem pedidas responsabilidades a quem de direito nessa altura e, portanto, dizer-lhes que é isso que está a acontecer com a ACLEM - deixamos essa nota. Mas, também dizer de forma clara, e acho que qualquer pessoa, qualquer felgueirense que nos ouça, que se desengane quem achar que a cultura é sustentável. Se me perguntarem a mim se um equipamento porventura possa ser sustentável tenderei a poder concordar. Imaginem que temos um teatro e os eventos que se criam no mesmo, podem especificamente ser sustentáveis para o efeito, não quer dizer que a cultura seja sustentável porque ela não o é em lado nenhum e, portanto, deixar essa nota, para que fique claro. Dizer também, porque referiu aqui a questão das despesas com o pessoal, salientar que relativamente às despesas de pessoal, relembrar que a ACLEM tinha muitos prestadores de serviço a recibos verdes, que deixaram de existir. Portanto, também acabamos com a precariedade que havia em determinados postos de trabalho e é essa a tendência que devemos continuar. Portanto, com todo o respeito pela sua opinião, mas dar nota destes esclarecimentos." ----------

4. ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO – ANO 2021 – PARA CONHECIMENTO.

------Este assunto foi presente somente para conhecimento da Assembleia, não havendo lugar a deliberação. ----------

------Inscreveu-se para usar da palavra: ----------

------A Senhora Deputada Elisa Odete Serdoura Rodrigues, do Grupo Político Municipal do PSD, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte: ----------

------"Neste ponto 4, relativo ao Estatuto do Direito da Oposição cumpre-nos dizer o seguinte: Segundo o relatório que nos é trazido para conhecimento, a Câmara Municipal faz uma autoavaliação muito positiva do respeito pelos direitos e garantias

dos titulares deste Direito de Oposição. Na nossa opinião, esse relatório não reproduz a realidade dos factos. Não só no ano 2021, mas também nos anos anteriores, este Executivo desrespeitou constantemente a oposição e a sua função de acompanhamento e fiscalização da atividade do Executivo. E essencialmente porque negou e omitiu imensos pedidos de documentação e de informação solicitados nesta Assembleia pela oposição. E sempre sem qualquer resposta, numa atitude de desrespeito, não só pela oposição, mas também pelo cumprimento das suas obrigações legais. Não vou cansar a Assembleia, nem esmiuçar a lista dos pedidos de informação não respondidos pelo Executivo. Salientamos é que esta recusa sucessiva na prestação de informação pelo Executivo, dá origem a desconforto e denota efetivamente desrespeito pelo definido. Solicitar ao Senhor Presidente da Mesa a sua intervenção nesse sentido, para pôr fim a este ocultismo e fuga na prestação de informação relevante para o acompanhamento da atividade municipal, nós já sabemos qual é a sua resposta, só pode entregar aquilo que lhe é facultado. Com certeza que sim. Contudo esta resposta não nos satisfaz, este grupo político e como tal, consideramos que face ao exposto, é evidente, para nós, que o Estatuto do Direito da Oposição no ano de 2021, novamente não foi totalmente cumprido em relação àquilo que é esta definição. Não foi cumprido na plenitude, daquilo que é exigível e o registo que aqui fazemos é exatamente para deixar, nesta Assembleia, a nossa posição." ------

------**A Senhora Deputada Catarina Isabel Assis de Sousa, do Grupo Político Municipal do SIM ACREDITA – L.PS, proferiu a seguinte:** ----------

------"Senhor Presidente da Assembleia, vou formular uma questão que espero seja depois respondida pelo Senhor Presidente da Câmara, porque ouvi atentamente o que disse a Senhora Deputada sobre as diversas solicitações que foram feitas e pedidos de documentações que não foram respondidos e eu gostava de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se tem noção de quantos pedidos de informação existiram nos mandatos do PSD e ficaram sem resposta - feitos pela oposição. Se calhar será mais

simples encontrar os que foram respondidos porque grande parte deles nem sequer tiveram retorno. Foram formulados e nunca recebemos resposta."----------

------**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Fonseca, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte:**----------

------"Dar nota à Dr.ª Elisa que, daquilo que referiu, eu percebo que o papel da oposição muitas das vezes é tentar contrariar aquilo que é a posição do Executivo. Neste caso concreto é claro, que é o Direito da Oposição, ficam sempre algumas coisas, e podem ficar aquém daquilo que era a resposta que queriam encontrar. Nós tentamos sempre dar respostas áquilo que são as questões colocadas, porventura se houver algumas que mais necessitem, a gente tentará esclarecer. Mas dizer-lhe uma coisa muito clara, até no seguimento da intervenção da Senhor Deputada Catarina Assis, efetivamente as coisas têm vindo a melhorar, porque recordo-me que o Direito de Oposição, acho que nem sequer era levantada essa questão, nem se respondiam aos critérios e dizer-lhe, de forma clara, Dr.ª Elisa que me recordo de requerimentos que foram feitos em que praticamente era triplicar a documentação já entregue e que fazia parte das próprias Assembleias e reuniões de Câmara. Os tempos estão diferentes, estamos a falar de 2021. Relativamente a 2021 aquilo que lhe posso dizer é que tentamos que haja informação máxima necessária para poder esclarecer os Srs. Vereadores que fazem parte do Executivo Municipal, bem como toda esta Assembleia. Portanto, tentaremos não deixar ninguém sem resposta. É claro que isto é sempre um assunto de melhoria contínua. Oportunidades de melhorias existem para todos e é isso que tentaremos fazer. Agora, uma coisa é certa e lhe garanto, se porventura aquilo que são as questões levantadas e que às vezes são de uma complexidade grande e de muita documentação, não vamos parar os serviços só para dar uma resposta. A resposta aos munícipes é sempre a primeira, nós temos de ter essa consciência enquanto responsáveis políticos. Não vamos sobrecarregar os serviços para que nos esclareçam uma questão apenas e só política, porque, e não é estar a esquartejar

aquilo que é o direito à informação, eu dou-a na mesma, agora pode é demorar mais tempo do que aquilo que muitas das vezes se tem previsto. Claro que também não estaria a ser correto consigo se não respondesse com esta transparência."----------

------**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José da Silva Campos, proferiu o seguinte:**----------

------"Para encerrarmos este assunto, queria dizer que também anotei a observação da Senhora Deputada. Hoje mesmo, e já o disse várias vezes, quando os pedidos são formulados através da Mesa, eles são remetidos para os diversos departamentos. Quando recebemos a resposta fazemo-la chegar. Ainda hoje fizemos chegar ao Senhor Dr. José Mendes pedidos que ele tinha feito ao longo do tempo. Portanto, isso acontecerá, pelo menos, por parte da Mesa. Volto a repetir uma coisa que não é muito bonita que até consta, salvo o erro, da última ata, que é a de que *não vou bater em ninguém* para me fazer chegar os documentos. De qualquer modo, quando eles chegarem fá-los-ei chegar a quem os solicitou. Aliás, temos primado por essa preocupação, de vos fazer chegar toda a informação que é recebida na Mesa, para que todos sejam conhecedores daquilo que diz respeito a este Órgão e a algumas atividades relacionadas com ela. Portanto, esse compromisso ficará. Certamente que havemos de dialogar com o Senhor Presidente da Câmara no sentido de que essas respostas possam chegar, quer aos Deputados da Oposição, quer aos Deputados da Maioria."----------

5. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2021.

------Inscreveu-se para usar da palavra: ----------

------**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Fonseca, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte:**----------

------"Avançaria já com alguns esclarecimentos. Se me permitisse, o Senhor Vice-Presidente, eventualmente, faria aqui uma apresentação, tal como fez já noutros tempos. Dizer-lhe que a prestação de contas 2021 reflete, no fundo, a estratégia

delineada por este Executivo no sentido de continuar a desenvolver este concelho na senda do progresso. Dizer-lhes, como temos afirmado, que queremos de facto um concelho de referência, onde o primeiro lugar é o que queremos ocupar e temos que continuar a bater-nos por ele. Neste momento temos contas certas, estratégias e prioridades bem definidas e uma vontade política de proximidade com as pessoas. Sendo certo que temos ainda alguns casos passados que poderão pôr em causa aquilo que é o nosso caminho. Mas, estamos no bom caminho para rapidamente sair da crise pandémica e afirmar a sua competitividade aqui, neste caso, do nosso concelho e o desenvolvimento sustentável num futuro pós-Covid, fazendo com que os Felgueirenses continuem a acreditar na nossa terra e, sobretudo, acreditarmos em nós próprios e nas nossas gentes. Dizer que as contas relativamente à receita cobrada, ela ascendeu a 49 milhões de euros, a despesa paga foi de sensivelmente 42,6 milhões de euros, isto para um Orçamento final de cerca de 56,9 milhões de euros. O Orçamento inicial para 2021 era de 56,4 milhões de euros. A taxa de execução da receita foi de 86,6% e a taxa de execução de despesa de 74,8%. De referir que são, como já temos dito, das melhores taxas de sempre desta autarquia, em linha contínua com os últimos três anos. É claro que não vai ser sempre assim, mas enquanto as pudermos ir mantendo é assim que faremos e continuaremos a trabalhar para que isso aconteça. A receita de impostos diretos, não porque a gente tenha aumentado as taxas, elas subiram naquilo que tem impostos diretos que não dependem só de nós. Aliás, nós reduzimos o IMI, mas dizer que as taxas aumentaram ligeiramente em 1,4%. As despesas de capital de investimento, foi de 11,6 milhões de euros, superior a 2020 que era de 9,7 milhões de euros, superior a 2019 que era de 6,8 milhões de euros. Em relação às despesas correntes o valor foi de 29,9 milhões de euros, superior a 2019 que era de 28,7 milhões de euros. Contudo, o rácio das despesas de capital versus as despesas correntes aumentaram em 5% face a 2020. A poupança corrente aumentou, face às despesas e às receitas, em cerca de 14%, ficando em 6,3 milhões de euros em 2021.

O montante transferido para as freguesias foi de cerca de 900 mil euros, ou seja, valor mais elevado dos últimos treze anos, certamente no mínimo. O endividamento municipal aumentou, e dizemos isto com clareza, em 27,13%, cerca de 2,3 milhões de euros, e que se justifica naquilo que tem a ver com o aumento das dívidas a fornecedores e empreiteiros, em cerca de 1,4 milhões de euros e pela utilização de cerca de 900 mil euros que tem a ver com parte do empréstimo dos 3 milhões para a ampliação da rede de saneamento. O resultado líquido do exercício mantem-se, efetivamente, muito por via do aumento das provisões que só em 2021 aumentaram em cerca de 5,5 milhões de euros. As provisões que, todos nós sabemos que nos criam alguma sombra naquilo que é o nosso trabalho, tendo em conta que vamos ter assuntos para resolver com alguma brevidade e que poderão onerar de alguma forma o Município e condicionar, como é óbvio, o trabalho e sobretudo aquilo que temos traçado em termos de caminho delineado. O Executivo propõe que o resultado líquido negativo de 2021, no montante 6,8 milhões de euros, sensivelmente, seja transferido para a conta resultados transitados. Mas, para que possamos com mais clareza entender estes números, e se o Senhor Presidente da Assembleia permitisse, passava a palavra ao Senhor Vice-Presidente."----------

------**O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, A. Fernando Fernandes, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte:**----------

------"Vou tentar ser sucinto, uma vez que o documento de prestação de contas tem cerca de 630 páginas. Iria começar por dizer que estas contas continuam a ser das melhores de sempre, desta autarquia, e vou passar a explicar o porquê nos próximos minutos. Foram elaboradas em conformidade com aquele que é agora o normativo em vigor para as autarquias locais, nomeadamente o SNC-AP e também de há dois anos a esta parte de acordo com as normas de contabilidade pública consideradas e designadas NCP's. Relativamente à receita, e antes falamos da receita, falemos da execução orçamental, portanto ela em 2021 como o Senhor Presidente já disse em

termos de execução da receita foi de 86,6% e da despesa 74,82%. Isto para um Orçamento inicial que se considerou de 56,4 milhões de euros e que acabou por no final do ano ser aumentado em cerca de meio milhão e ficando firmado o valor do nosso Orçamento em 56,9 milhões de euros. Dizer-lhes que a receita cobrada ascendeu a 49,3 milhões de euros, e dizer-lhes aqui com toda a clareza, que este valor é superior ao Orçamento final do ano de 2020. Portanto, se mantivéssemos o valor do Orçamento de 2020 para 2021 teríamos uma taxa de execução da receita superior a 100%. Como aumentamos em cerca de 8 milhões de euros o Orçamento de 2020 para 2021 e com todas as variações e dificuldades que tivemos na execução das obras, conseguimos atingir apenas 86,6% da execução da receita. Um gráfico que lhes permite com toda a clareza visualizar a evolução das taxas de execução, quer da receita, quer da despesa, ao longo dos últimos anos e aqui, em 2019, 2020 e 2021, nota-se claramente que estas taxas acabam por ser das melhores de sempre deste Município. Portanto, 2019 com a taxa da execução da receita de 92,3%, 2020 com a taxa de execução da receita de 94,3%, 2021 com a taxa da execução da receita de 86,6%. Relativamente à estrutura geral da receita, nas receitas correntes obtivemos 36,2 milhões de euros, em termos de receitas de capital e noutras receitas cerca de 13 milhões de euros, o que perfaz então os 49,3 milhões de euros arrecadados no ano de 2021. Portanto, há aqui uma evolução muito significativa de 2020 para 2021, de mais de 3 milhões de euros em termos absolutos. Um gráfico que nos mostra aqui a relação entre aquilo que são os valores dos Orçamentos finais e as receitas executadas, como também se pode visualizar, há aqui uma aproximação muito clara entre aquilo que são os nossos Orçamentos e as receitas. Isto demonstra, claro está, maior rigor na elaboração destes documentos previsionais. Relativamente à receita, como o Senhor Presidente já fez aqui referência, tivemos em termos de impostos diretos um aumento de 1,38% e isto deve-se essencialmente a um aumento muito significativo de cerca de 37,6% do IMT. Todas as outras receitas diminuíram incluindo o IMI que teve um

decréscimo de 1,7%, também muito provocado, este decréscimo, pela redução da taxa do IMI para o mínimo legalmente possível. Depois, tivemos uma redução também do IUC de menos 8,84% e uma redução da arrecadação da receita da DERRAMA de menos 15%. Aqui, dizer que a DERRAMA está relacionada com a dinâmica empresarial e aqui também reflete a isenção de pagamento da DERRAMA para empresas com volume de negócios até 150 mil euros, que foi aqui aprovada para 2021. Temos aqui a evolução da taxa aplicada de IMI, portanto, em 2021 a taxa foi o mínimo de 0,3%. As receitas provenientes de bens e serviços correntes aumentaram significativamente, mais 15,71%, isto relativamente a 2020, e ainda não verificamos os valores que tínhamos no período pré-pandémico. Em 2019, só para relembrar, tivemos uma diminuição deste tipo de receitas na ordem dos 22% e está inteiramente relacionada com a pandemia Covid-19. Neste quadro podemos ver os valores, então, das receitas correntes, portanto, um aumento de 1,38% dos impostos diretos, uma redução de taxas de multas e outras penalidades em 5,19%, rendimentos de propriedade de menos 0,42%, o aumento então, como eu referi, das vendas e prestação de serviços de 15,7% e outras receitas correntes uma redução de menos 42%, sendo certo que aqui em termos relativos parece um valor quase que assustador, mas não é, trata-se de uma redução de 144 mil euros para 82 mil euros. Com isto assistimos a um aumento das receitas alheias em 6,84% face a 2020, motivado também pelo aumento das transferências em 3,59%. Estas transferências são transferências do Estado e a comparticipação em projetos comunitários. Também pela utilização de empréstimos de médio e longo prazo 79,94% e aqui incluímos a linha BEI, direcionada para as autarquias, mais os empréstimos ou empréstimos exclusivos para a rede de saneamento. De referir que a taxa de variação de 2020 para 2021 é elevada e o peso do valor absoluto dos empréstimos de médio e longo prazo, isto é, na ordem de 1,9 milhões de euros utilizados em 2021, que é de apenas 3,91% do total das receitas do município. Portanto, não obstante, termos este aumento em termos de empréstimos a

médio e longo prazo, o peso total desta rúbrica, das dívidas de médio e longo prazo, é de apenas 3,91% no total das receitas do município. Por outro lado, registamos um aumento das receitas próprias em 6,29% decorrente de um aumento significativo comparativamente a 2020 da arrecadação das receitas provenientes da prestação de vendas e serviços como eu já referi que foi de 15,71%. De impostos diretos 1,31% e ainda noutras receitas de capital de 47,65%. Neste quadro podemos ver, de uma forma clara, quais foram os valores das receitas próprias. Portanto, receitas próprias 23,4 milhões de euros, receitas alheias 25,8 milhões de euros. Transferências dentro destas receitas alheias de 23,9 milhões de euros e de empréstimos 1,9 milhões de euros, que perfazem então os 3,91% do peso destas receitas no total do nosso Orçamento. Dizer-lhes que todos estes quadros que tenho aqui, estão também no vosso, no documento que vos foi facultado, no relatório de gestão. Relativamente à despesa, a despesa de capital total investimento mais transferências de capital aumentou para níveis e registos históricos, atingiu o montante de 11,6 milhões de euros e corresponde a um aumento de 19% em relação ao ano anterior e aqui referir que em 2020 o valor desta despesa de capital, como o Senhor Presidente também já referiu, foi de 9,7 milhões de euros e em 2019 de 6,8 milhões de euros. Este rácio, que o Senhor Presidente também já falou, despesas de capital versus despesas correntes ficou em 42% e regista um aumento de 5% face a 2020. O melhor resultado dos últimos anos. O que é que significa este rácio? Significa que de uma forma direta que as despesas de capital aumentaram mais que proporcionalmente em função ao aumento ocorrido nas despesas correntes. Em termos de despesas de capital, um gráfico que ilustra aqui o investimento na rede viária, quer na beneficiação quer na construção, portanto, este valor em 2021 atingiu os 4,1 milhões de euros e é notório o investimento que se tem feito neste tipo de infraestruturas. Relativamente à despesa corrente, ela aumenta 4,39%, portanto em termos absolutos 1,2 milhões de euros relativamente a 2020, este aumento é originado essencialmente pelas despesas com o

pessoal 2,65% e muito embora, e aqui é importante referir que o número de trabalhadores do quadro se tenha mantido estável, o peso dos recursos humanos continue a ser significativo, nas despesas correntes 31,31% no total das despesas do município, em 2020 este peso era de 32,9%. Portanto, aqui acaba também por haver uma evolução positiva em relação àquilo que eram as despesas do pessoal de 2020 para 2021. Na aquisição de bens e serviços 11,93%, nos juros e outros encargos um aumento de 13,78% e nesta rúbrica aqui, esclarecer porque também foi uma questão que já foi colocada na reunião de Câmara, e fui com algum rigor tentar pesquisar para perceber o que se passou, trata-se de um pagamento da indemnização de juros e custas num processo que já está pendente há vários anos e que tem a ver com a empresa Trevo Topázio Sociedade Empresarial e foram pagos em 2021 mais 13 mil euros. Todas as outras rúbricas, transferências correntes, subsídios e outras despesas correntes acabaram por diminuir. Um gráfico que nos mostra aqui o custo do pessoal sobre o total da receita corrente executada, a cor de laranja, e o rácio dos custos do pessoal sobre o total da receita executada. Portanto, em 2021 o custo total sobre a receita corrente executada era 37%, e relativamente ao total, o peso do custo com o pessoal em relação ao total da receita executada situou-se em 27%, um dos valores mais baixos de sempre, ou pelo menos desde que há registo. Para os Bombeiros, uma breve nota, foram transferidos 192 mil euros e referir aqui que no ano de 2021 conseguimos também, a criação de mais duas EIP's, uma para os Bombeiros Voluntários da Lixa e outra para os Bombeiros Voluntários de Felgueiras. O valor transferido para as juntas de freguesia em 2021 rondou os 900 mil euros e foi o terceiro valor mais elevado de sempre como também se pode verificar aqui neste gráfico. Tem a ver essencialmente com a diminuição de contratos interadministrativos que foram celebrados com as juntas de freguesia por vontade, obviamente, das próprias juntas de freguesia, que não procuraram junto do município a celebração desses contratos interadministrativos. Relativamente à poupança, em 2021 a poupança

corrente aumentou para 6,3 milhões de euros, aproximadamente, e é o valor mais alto de que há memória. Esta poupança foi canalizada para a realização de investimento e dirigida para a implementação de medidas de apoios diretos e indiretos, económicos e sociais, para a mitigação dos efeitos da pandemia do Covid-19. Este gráfico também ilustra bem a tendência dos últimos três anos. Este permite visualizar aquilo que foi o valor da poupança corrente dos últimos anos a esta parte, portanto, estamos aqui no pico praticamente da arrecadação dessa poupança. A poupança corrente é nada mais nada menos do que a diferença entre receitas correntes e as despesas correntes. Relativamente ao endividamento, e com toda a frontalidade, e o Senhor Presidente já assumiu isso, ele aumentou em 27,13% comparativamente a 2020. Em 2020 tinha existido uma diminuição de menos 4,26% e havia diminuído menos 7,19% em 2019. Este aumento de cerca de 2,3 milhões de euros está justificado, como já foi referido pelo aumento das dívidas a fornecedores e empreiteiros, aumentou cerca de 1,4 milhões de euros, e aqui dizer-lhes que nós nos últimos sete dias do ano de 2021 tivemos emissão de ordens de pagamento de cerca de 3,5 milhões de euros. Foi humanamente impossível, e aqui deixar uma palavra de reconhecimento a todos os profissionais que estão na Divisão de Gestão Financeira pelo seu empenho e esforço, porque de facto foi humanamente impossível e até mesmo tecnicamente impossível fazer todos estes pagamentos e não foi por falta de disponibilidade ou liquidez de tesouraria. Desses 3,5 milhões de euros conseguimos liquidar, porque só transitou 2,5 milhões, conseguimos liquidar ainda 1 milhão e todos os pagamentos estavam em curso até chegarmos a esse período dos últimos sete dias. Este endividamento também tem este aumento pela utilização de cerca de 900 mil euros por parte do empréstimo de três milhões para ampliação da rede de saneamento e se nós utilizamos 900 mil euros e o prazo de utilização é de dois anos, portanto nós em 2022 vamos utilizar deste empréstimo cerca de 2,1 milhões de euros, o que vai fazer com que o endividamento do município aumente pelas razões que já foram aqui invocadas,

nomeadamente quando veio cá a proposta para a contração deste empréstimo, pela necessidade e pela urgência que existe na ampliação da rede de saneamento. O endividamento do município, juntamente com as entidades participadas, não ultrapassa os limites da dívida total, impostos legalmente, e apresenta ainda uma margem disponível, por utilizar, muito confortável, de cerca de 6,2 milhões de euros. É o montante a que o município poderá recorrer através de empréstimos e que nos é permitido por lei. Relativamente à estrutura da dívida municipal, portanto, de uma forma clara, o valor dos empréstimos de médio e longo prazo aumenta de 2020 para 2021, de 7 milhões para 7,9 milhões de euros, e as dívidas a fornecedores tem um aumento de 1,3 para 2,6 milhões de euros. Dizer que em termos da taxa de crescimento, e como eu já referi anteriormente, ela tinha aqui uma progressão negativa, digamos assim, em 2019 e 2020 e acaba por ter aqui uma progressão positiva de 27% em termos relativos, se formos analisar isto em termos absolutos e naquilo que é exclusivamente a rúbrica de empréstimos traduz-se num aumento de cerca de 900 mil euros. Relativamente à evolução do serviço da dívida, há aqui uma redução porque os juros e outros encargos relacionados exclusivamente da dívida, e já referi que o valor que surge nas contas de juros e outros encargos incluem aquela indeminização à empresa Trevo Topázio que eu já aqui referi. Portanto, tudo o que está relacionado com o serviço da dívida há aqui uma redução em termos de custos, e isto deve-se essencialmente à amortização, ao final de amortização de vários empréstimos que estão em trânsito já há décadas e cujas taxas de juro eram mais elevadas que as taxas de juro dos empréstimos que têm sido contraídos recentemente. Portanto, as taxas têm sido mais benéficas quanto maior for o volume de amortização de empréstimos anteriores maior tenderá a ser esta evolução positiva para o município em termos do serviço da dívida. Relativamente ao prazo médio de pagamentos, ele sofre, ou tem sofrido, oscilações e, no último ano, ficou fixado em cerca de vinte e seis dias. Em relação a estas dívidas a terceiros verificamos que os compromissos

assumidos e faturados por pagar no final de 2021 foram 2,6 milhões euros enquanto que o saldo final da conta de gerência totalizou 6,7 milhões de euros. Quero com isto dizer que se tivesse que pagar na altura todo este montante que estava comprometido e faturado, portanto, ainda teríamos aqui um saldo muito positivo para o município porque 6,7 para 2,6 há aqui uma diferença de 4 milhões de euros. Relativamente às outras dívidas a terceiros em termos de gráfico só para perceberem também a evolução em termos absolutos passa de 1,3 milhões, como já referi, para 2,6 milhões em 2021 e o saldo da gerência também se mantem mais ou menos constante, de 6,799 mil euros passa para 6,711 mil euros. Um gráfico que permite visualizar a evolução da dívida municipal, portanto depois dessa tendência de descida, de 2019 para 2020, há aqui claramente uma tendência de subida pelas razões que obviamente já expliquei. Relativamente ao balanço, o Município de Felgueiras termina o ano de 2021 com um ativo líquido valorizado de 179 milhões de euros, sendo que 89,72% dizem respeito a investimentos. O passivo tem um valor de 22,9 milhões de euros, representa 12,8% do nosso balanço, sendo que 8,25% representa o passivo não corrente e 4,57 o passivo corrente. Este aumento deve-se essencialmente ao aumento das provisões. As provisões atingiram no final de 2021 o valor de 7,5 milhões de euros. O que é que são provisões? São previsões de valores que ainda não estando definidos podem ser responsabilidade, ou serão responsabilidade, para o município, aqui inclui-se o famoso caso do Higino Pinheiro cujos valores em termos de indeminização rondam os 6,5 milhões de euros, é um valor que ainda não está fechado, mas para perceberem o impacto que isto tem nas contas do município. O património líquido diminuiu em 2021 para um valor de 156 milhões de euros, em 2020 era de 160 milhões, portanto aqui também está diretamente relacionado com as provisões que foram contabilizadas em termos do passivo. Em termos indicadores, obviamente que há indicadores que pioram, também há outros indicadores que melhoram, mas no computo geral a evolução é claramente positiva e demonstra uma melhoria gradual

anual do desempenho financeiro da autarquia. A título de exemplo o rácio da liquidez geral de 2,25, liquidez reduzida de 2,22, a liquidez imediata de 1,01. O prazo médio de pagamentos de vinte e seis dias, o rácio da solvabilidade 6,8, autonomia financeira 0,87, o rácio de endividamento 0,13. Portanto, há aqui uma evolução, o aumento significa um aspeto mais negativo para o município que passa de 0,08 para 0,013 pelos aumentos também em termos de dívida, que eu atrás referi. O resultado líquido do exercício registou uma variação negativa de 2,5 milhões de euros face ao ano 2020 e é explicado pelo valor que foi contabilizado em gastos, reversões, depreciações e amortizações que atingiu o valor de 7,8 milhões de euros e ainda explicado pelo aumento do valor das provisões no montante 5,5 milhões de euros. Este valor afetou sobremaneira o resultado líquido do período conforme demonstrado no quadro das demonstrações de resultados da proposta dos documentos da prestação de contas e que acompanham esta prestação de contas. Em termos de quadro, temos então em termos de rendimentos, 38,8 milhões de euros, gastos 45,7 milhões de euros, sendo certo que nestes gastos já estão aqui contabilizadas as nossas depreciações e amortizações. Temos então no final um resultado líquido negativo, digamos que um dos piores de há uns anos a esta parte, 6,8 milhões de euros, mas se retirássemos daqui o total de provisões, os 7,5 milhões de euros, ele seria positivo e as provisões são processos, são casos que estão em trânsito e que tendem a ser responsabilidade do município, mas se a este exercício retirássemos só o aumento das provisões verificadas em 2021, cerca de 5,5 milhões de euros, estaríamos aqui com um resultado líquido negativo na ordem de 1,8 milhões de euros apenas. Conclusão, as receitas aumentaram, as despesas correntes também aumentaram em termos absolutos, mas diminuíram em termos relativos. Portanto, tivemos um aumento de despesas de capital mais que proporcional ao aumento de despesas correntes, o investimento do município também aumentou, o endividamento aumentou, justificado pelos motivos que eu atrás disse. Relativamente ao aumento das dividas a fornecedores e empreiteiros, e aqui

dizer-lhes que também se verificou já no primeiro trimestre de 2022 um fenómeno que também não tinha acontecido há muito tempo, é que nós no primeiro trimestre já pagamos em termos do nosso PPI cerca de 5 milhões de euros. A média de anos anteriores andaria na ordem de 1,8 a 2 milhões de euros. Portanto, estes pagamentos que transitaram em grande parte, já foram assumidos e realizados, e também aqui relativamente ao endividamento só reforçar, para alem destas dívidas a fornecedores, também concorreu a utilização do empréstimo exclusivo ao investimento em saneamento. Termino assim a minha apresentação, ficarei obviamente disponível para qualquer questão que queiram colocar."----------

------**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Fonseca, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte:**----------

------"Para complementar com mais uma ou duas questões, que referiu aqui o Senhor Vice-Presidente. De facto, vamos ter de encarar o ano de 2022, eventualmente daqui para a frente, naquilo que temos feito com mapas comparativos, de forma diferente daquilo que vamos efetivamente ter. Vamos ter quase que considerar o ano de 2022 como o ano zero, não só porque as circunstâncias que se estão a viver neste momento são de facto bem diferentes, e vamos ter que contar com as escaladas de preços que temos visto porque são transversais a todos, e não só a nós em casa como também às empresas, mas também aquilo que é a atividade municipal, a eletricidade, os combustíveis, seja o gaz, seja o gasóleo, que estão a aumentar significativamente os custos com as matérias primas, seja dos bens que nós temos de adquirir, muitas das vezes até com falta deles porque não existem. As derrapagens que existem e os aumentos significativos que tem havido por parte das empreitadas que são lançadas e podem eventualmente ficar desertas e também eventualmente aqui considerando já algum aumento de salários. Não posso deixar de referir aquilo que foi dito pelo Senhor Vice-Presidente relativamente aos processos que temos em Tribunal, em particular com mais incidência aquele que é conhecido pelo caso da empresa Higino Pinheiro. É

de facto um montante significativo, é um processo antigo como já aqui falamos, que fomos chamados, incluindo eu enquanto responsável pelo município, a Tribunal para sensibilizar o município para uma tentativa de acordo com a empresa tendo em conta o seguinte; os depoimentos já prestados pelos anteriores responsáveis pelo município, nomeadamente aqueles que foram Vereadores e Presidentes de Câmara, aquando das obras que estavam em causa e porque existia uma sentença de 2014 que relativamente aos juros dizia que se viesse a ser confirmado que os trabalhos efetivamente foram feitos, que seriam devidos os juros. Portanto, desse ponto de vista existe aqui um risco extremamente elevado para o município, não sei até que ponto me posso alongar, naquilo que são as declarações prestadas, mas dentro daquilo que foram as minhas declarações naquele momento, aquilo que disse é que tudo o que sejam soluções mais vantajosas para o município tentaremos procurar sempre com uma condição de negociar o melhor possível, para que não ponha em causa a sustentabilidade e a continuidade daquilo que são as questões básicas do município. Não podemos correr riscos de deixar de pagar aquilo que temos de pagar diariamente e também, sempre com o pressuposto que qualquer acordo que houvesse ou princípio de acordo, que ele fosse submetido, quer à Câmara, quer à Assembleia Municipal, para validação do princípio do acordo a ser celebrado. Nesse sentido, deixar também já aqui esta nota prévia, porque nos próximos tempos teremos que efetivamente, porque o Tribunal está a pressionar, encerrar a situação. Dar-vos nota que tentaremos fazer o melhor possível. Temos tentado de ambas as partes *"partir pedra"*. Tivemos, entretanto, de aferir e fazer um relatório exaustivo daquilo que efetivamente estava feito e se correspondia àquilo que era exigido pelo empreiteiro, com os acertos que eram devidos para termos valores concretos numa matéria que não havia ainda de facto documentação que suportasse a eventual decisão. Portanto, quando isto estiver tudo previamente delineado e aquilo que nós possamos achar, e aqui refiro aquilo que nós possamos achar, e reforço, aquilo que nós possamos achar, que é o melhor acordo

para o município o traremos para que possa ser discutido e validado. Portanto, Senhor Presidente da Assembleia, este assunto, sendo um assunto premente, deixar também já esta nota prévia porque podemos ter que o debater e tratar dele nos próximos tempos."----------

------**O Senhor Deputado António Alfredo Macedo Alves, e líder do Grupo Político Municipal do SIM ACREDITA – L.PS, proferiu a seguinte declaração:**

------"São apresentadas, hoje, a esta Assembleia, as contas do Município relativas ao ano 2021. Estas correspondem, simultaneamente, ao último ano do mandato do ciclo político 2017/2021, deste Executivo. A prestação de contas é um instrumento político de grande relevância uma vez que permite aos cidadãos o acesso à informação relativa à forma como os dinheiros públicos foram geridos em cada mandato. Fomenta a transparência entre o resultado da ação política e o mandato conferido pelos cidadãos aos políticos. A prestação de contas está correlacionada com a estratégia de desenvolvimento para o concelho, definida pelo Executivo Municipal, e também com as condicionantes económicas nacionais e internacionais. Este é um exercício ainda condicionado pelos constrangimentos decorrentes da Covid-19, mas, nem por isso o Executivo Municipal deixou de manter o rigor orçamental e o equilíbrio das contas, mantendo, simultaneamente, vários tipos de apoios de forma a reduzir o seu impacto junto das famílias e das empresas. Salienta-se aqui o valor do orçamento final do ano anterior que se fixou em 56,9 milhões de euros em oposição ao orçamento inicial previsto de 56,4 milhões de euros, correspondente a uma receita de 49,3 milhões de euros e uma despesa paga de 42 milhões de euros. Ressalvamos aqui o investimento público efetuado, em 2021, pelo município, num valor superior a 12 milhões de euros, o mais elevado dos últimos dez anos, o que reflete, de forma clara, a visão estratégica relativa ao desenvolvimento sustentado do concelho. Apesar da redução dos impostos diretos aplicados às famílias e às empresas, no caso o IMI e a DERRAMA, continuar o apoio à Ação Social, aos Bombeiros, ao Desporto, às Instituições e às Freguesias tem

sido a estratégia seguida por este Executivo. A taxa de execução da receita, apesar de uma ligeira descida, situou-se nos 86,6% e a taxa de execução da despesa nos 74,8%, o que significa que são das melhores taxas de sempre em alinhamento com os três anos anteriores, demonstrando a coerência e visão estratégica definida por este Executivo no início do mandato em 2017. A redução da taxa de execução da receita, em relação ao ano anterior, pode ser justificada, em parte, pela não conclusão de algumas obras adjudicadas, mas ainda não executadas. Relativamente às receitas dos impostos cobrados, de assinalar a subida ligeira de 1,4%, em parte devido à subida significativa do IMT, já que as receitas cobradas através do IMI, IUC e DERRAMA registaram quebras nos valores arrecadados relativamente ao ano anterior, o que pode refletir aqui, alguma retração económica. Outro aspeto, que nos parece relevante, está relacionado com a despesa de capital, que reflete o investimento e que situa em 11,6 milhões de euros contra 9,7 milhões de euros do ano anterior, reforçando aqui a aposta do município no investimento no concelho. Apesar do aumento das despesas correntes, o rácio das despesas de capital relativamente às despesas correntes aumentou para 5%. O valor transferido para as freguesias, apesar de registar uma ligeira descida, situa-se nos 900 mil euros, mesmo assim, um dos valores mais altos dos últimos anos o que continua a refletir a clara aposta deste Município na descentralização de competências para as freguesias e na maior proximidade aos munícipes. Destacamos o aumento do endividamento municipal, em relação ao ano anterior, que se situa nos 2,3 milhões de euros e que pode ser justificado, em parte, pelo aumento das dívidas a fornecedores e empreiteiros, cerca de 1,4 milhões de euros e pela utilização de 900 mil euros, pelo empréstimo de 3 milhões de euros, para a ampliação da rede de saneamento, como aqui já foi referido. Consideramos, no entanto, que este é um aspeto que deverá merecer atenção redobrada, por parte do Executivo, nos próximos anos, de forma a manter o equilíbrio das contas do município. Esta prestação de contas encontra-se dentro dos parâmetros da estratégia definida,

por este Executivo, no início do seu mandato, e apesar de alguns constrangimentos, mantem-se a forte aposta no desenvolvimento sustentado do concelho. O equilíbrio das contas municipais continua a ser uma prioridade, mas sem descurar a aposta que se tem verificado no investimento público e que trará resultados a curto e médio prazo com reflexos positivos na qualidade de vida dos felgueirenses. Felgueiras e os felgueirenses merecem mais e melhor desenvolvimento, merecem um lugar de destaque no contexto regional e nacional, acreditamos que este Executivo Municipal, está em condições de corresponder de forma positiva e afirmativa aos anseios de todos, projetando o nosso concelho para patamares de desenvolvimento superior." ----

------**O Senhor Deputado José Carvalho Mendes, do Grupo Político Municipal do PSD, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte:** --------

------"Já tivemos aqui a oportunidade de ouvir duas apresentações das contas, portanto isto hoje vai ser, enfim, bastante pesado. Em todo o caso, naturalmente não poderei deixar de também fazer a minha intervenção, eventualmente dando um ponto de vista ligeiramente diferente daquele que ouvimos por parte do Senhor Vereador e por parte do líder da bancada do SIM ACREDITA. Pena é que também não possa ter a possibilidade de fazer uma apresentação do género do Senhor Vereador porque, eventualmente, podia brilhar um pouco mais. Mas, vou tentar lendo apenas as minhas anotações e esperando dessa forma que possa também contribuir para o debate político. Relativamente à documentação da prestação de contas normalmente a análise que faço, é feita a dois níveis. O primeiro ao nível da execução, ou seja, comparar aquilo que foi feito com aquilo que foi orçamentado. O segundo nível de análise também tem a ver com a evolução das despesas, das receitas e a evolução do nível do endividamento. Este ano, tendo em conta a atual situação marcada pela instabilidade devido à invasão, repito invasão, espero que nesta Assembleia ninguém fique incomodado com esta palavra, da Federação Russa à Ucrânia e ao consequente aumento generalizado dos preços, a análise que vou fazer de seguida naturalmente,

em alguns momentos, terei que fazer referência a essa realidade. Começando então pela questão da execução que foi a comparação daquilo que foi feito, aquilo que foi previsto. Já foi aqui referido que, ao nível de tudo o que é corrente o nível de execução aproximou-se dos 90%, no que concerne aos investimentos de capital, ou seja, no que concerne às obras apena, portanto, o nível de execução ficou abaixo dos 60%, o que significa que mais de 40% das obras que estavam previstas não foram realizadas pelos mais diversos motivos, mas esperemos, conforme foi aqui referido que não foi por falta de dinheiro, mas por outros motivos. Mas, gostaríamos que o grau de execução fosse maior nesta rúbrica comparativamente às despesas correntes. Teríamos preferido que as despesas correntes tivessem uma execução menor e que pudessem ter sido essas verbas canalizadas para o investimento, de modo a aumentar o investimento nomeadamente na rede de saneamento público, cujo grau de execução foi de cerca de 65%, nas instalações de saúde, nas instalações relacionadas com a educação, na habitação social, que até é muito cara para um membro aqui desta Assembleia, que até gostaríamos que essa área tivesse tido um investimento mais elevado. Em termos de execução global, a execução global rondou os 75% corrente e não corrente. Não foi a melhor execução deste Executivo, aliás, o gráfico deu para entender isso muito bem. Houve uma inflexão nestes dois últimos anos, o grau de execução diminuiu, portanto, não há dúvida, este grau de execução não ficará como sendo o melhor, o maior. Aliás, o Senhor Vereador falou nas melhores contas de sempre, mas depois não encontrei muito fundamento para essas melhores contas de sempre e ao nível de execução não foi de facto o melhor exemplo de sempre. Em termos de evolução das receitas e das despesas o que nós verificamos é que houve um aumento das receitas correntes de 2 milhões de euros, mas houve uma diminuição das receitas de capital em cerca de 1 milhão. Relativamente a esta questão da evolução das receitas correntes, isso não é novidade no panorama das autarquias porque tem sido essa a tendência nas últimas décadas. O nível das receitas, a principal fonte das

receitas da autarquia é cada vez mais das receitas correntes provenientes dos impostos, proveniência das receitas do Estado, portanto, grosso modo, parte das receitas são receitas correntes. Se o município pretende realmente fazer um investimento relevante nas obras, obrigatoriamente tem que utilizar parte significativa dessas receitas para fazer investimento. Não há volta a dar. Tem que haver poupança, não podemos gastar as receitas correntes todas, porque com as receitas de capital não dá para fazer grande coisa. Se queremos realmente fazer obras de vulto, temos que poupar na despesa corrente para poder realizar investimentos de vulto. O que nós verificamos é que, relativamente aos 2 milhões de aumento das receitas correntes apenas 800 mil euros, foram utilizados no aumento da poupança. Foi ali demonstrado através de um gráfico que parecia que subia muito, mas a poupança corrente foi apenas de 800 mil euros, ou seja, dos 2 milhões de receitas que a autarquia teve a mais, apenas gastou 800 mil euros nos investimentos. Um milhão e duzentos foi para aumentar a despesa conforme iremos ver a seguir. Relativamente às receitas correntes já foi aqui referido, elas aumentaram, os impostos diretos aumentaram ligeiramente fruto do aumento do IMT, que é o imposto que está relacionado com a compra dos imóveis, e de facto, quer o IMI, quer o IUC que tem a ver com as viaturas, quer a DERRAMA, tiveram uma ligeira diminuição. Fiquei, no entanto, curioso relativamente à questão do IUC, Imposto Único de Circulação, que tem a ver com as viaturas, portanto as viaturas que pertencem aos munícipes de Felgueiras e que pagam o imposto que reverte para os cofres da autarquia, visto que normalmente os habitantes de Felgueiras têm viaturas, são eles que normalmente gastam, digamos, a estrada. Fiquei, no entanto, curioso por verificar uma diminuição de 200 mil euros ao nível dessa receita. Eu gostaria de perguntar ao Executivo se tem alguma informação, se estão na posse de alguma informação que possa ajudar a explicar essa diminuição. Uma hipótese que eu coloco é eventualmente essa diminuição poder ter a ver com a venda de carros de luxo. Nós em Felgueiras tínhamos muitos *Ferrari's*, muitos *Porches*, a não

ser que esses *Porches* e esses *Ferrari's* tenham sido vendidos e agora a receita tenha vindo a diminuir. Se for o caso eventualmente é mais um sinal do que também já acontece com a DERRAMA, é mais um sinal eventualmente que existe dificuldades por parte dos munícipes e que agora as pessoas estão a comprar uns carrinhos mais baratinhos e como tal, digamos, não dão tanto IUC às autarquias. As autarquias gostam que as pessoas comprem *Ferrari's*. Se me oferecerem um eu também pago o IUC. Quanto à evolução das despesas, como eu referi, houve um aumento de 1 milhão de euros nestas despesas gerais, 1 milhão de euros, não é assim nada do outro mundo, o problema é que as despesas correntes atingiram, isso sim, as melhores contas de sempre, o valor mais alto de sempre da história desta autarquia. Portanto, isso sim, temos as melhores contas de sempre, perto de 30 milhões de euros. Portanto, o Senhor Presidente já tinha ganho a medalha de ouro por ser o Presidente de Câmara que mais empréstimos apresentou para aprovação nesta Assembleia, passa a ter mais uma medalha por ter sido o Presidente de Câmara que conseguiu a despesa corrente mais alta de sempre. A minha principal preocupação desta vez é ao nível dos gastos com aquisições e bens e serviços, aumentou cerca de 1,5 milhões de euros e, portanto, ou seja, 12 milhões de euros. Penso que é essencialmente nesta rúbrica de outros bens e serviços que era possível fazer alguma poupança, de 1 milhão de euros ou 2 milhões de euros para o investimento, nomeadamente como a rúbrica que tem o nome "Outros serviços", que não se sabe muito bem o que é, e que houve um gasto de 3 milhões de euros. Portanto, na minha opinião, é nessa área que deve incidir a preocupação ao nível da poupança. Até porque é relativamente a essa rúbrica que o risco de aumento é maior, devido àquilo que já foi aqui referido, devido à inflação e ao aumento generalizado dos preços, principalmente ao nível da energia. Portanto, nesse componente em 2022 existe um risco muito acrescido, e daí que a minha intervenção seja no sentido de sensibilizar a autarquia para analisar bem este problema e ver onde é que pode fazer poupança, nomeadamente ao nível da energia, tentando fazer um

investimento ao nível da energia renovável. Aliás, chamo à atenção que mesmo ao nível dos edifícios, os edifícios consomem cerca de 25% dos consumos totais de energia, sendo que 75% dos edifícios em Portugal não são eficientes do ponto de vista de poupança de energia. O Decreto-Lei 50/2021 de 15 de junho, estabeleceu um regime jurídico que apoia o investimento em energias renováveis. No entanto, julgo que a Câmara Municipal de Felgueiras não aderiu a esse programa. Desconheço as razões, mas eventualmente foi uma oportunidade perdida. Ao nível das grandes opções do plano (as grandes opções do plano são os grandes gastos da autarquia), verificamos que 50% de todas as despesas da autarquia é utilizada naquilo que nós chamamos gestão autárquica ou máquina autárquica, e criticamos o facto de 50% ser gasto nesta componente, o que faz com que os restantes investimentos acabem por ficar limitados. E também criticamos o facto de apenas 0,7% dos gastos da empresa terem sido utilizados em energias de eficiência energética pelos motivos que anteriormente referi. Nem 1% foi investido em equipamentos de poupança de energia. Eventualmente podiam dizer que não previam, se bem que já no ano passado havia fortes indícios desse aumento nos custos da energia. Na minha opinião teria sido preferível fazer investimentos em energias renováveis comparativamente a despesas correntes até porque esses investimentos permitiriam reduzir o nível da despesa. Tendo em conta a situação atual é ainda de prever que as famílias e as empresas venham a necessitar de novos apoios. São previsíveis os aumentos de pobreza atingindo inclusivamente as pessoas que trabalham. Em 2021, duvidei do nível dos apoios que foram concedidos no âmbito da Covid, e fruto disso, por mais que uma vez, já no sentido do direito de oposição, por mais que uma vez solicitei ao Executivo, através da Mesa, informação sobre os apoios que foram canalizados para as famílias e empresas do concelho de Felgueiras. Até hoje não obtive uma única resposta. Portanto, penso que tenho legitimidade para poder duvidar do nível de apoios. Mas o que eu espero no futuro, porque vão ser necessário novos apoios, Senhor Presidente,

e é bom que a autarquia esteja preparada para essa realidade, espero que os programas de apoio sejam mais claros e transparentes e que possam ser facilmente monitorizados, isto é, quando há um programa temos que ter possibilidade de ver o resultado desse programa, caso contrário, já o disse várias vezes, o que nós não conseguimos medir não conseguimos melhorar. Depois, considero que em face desse novo paradigma que a autarquia venha a repensar ou a rever a sua atividade, nomeadamente ao nível das despesas. Vai ter que ponderar muito bem quais são as despesas que são essenciais e os investimentos que são essenciais e, eventualmente, passar para segundo plano investimentos e despesas que não sejam considerados essenciais, porque vão ser necessárias verbas para ajudar a sociedade. Relativamente ao endividamento não há assim nada a apontar. Já foi aqui unanimemente reconhecido que o nível da divida aumentou apesar, naturalmente, daqueles rácios do nível de endividamento ainda temos uma margem muito grande, obviamente, porque muitos dos empréstimos que foram solicitados, nomeadamente à linha BEI, não entram para aquele rácio. Portanto, aquilo acaba por se apresentar um bocadinho deturpado. Já foi aqui salientado aquele aumento de 100% das dividas aos fornecedores. Portanto, houve uma duplicação. Já foram aqui dadas explicações. No entanto, quero aqui chamar atenção de que durante o ano passado, quando analisei os documentos relativos à atividade do município, já tinha alertado para essa situação e, portanto, não é uma situação pontual. No ano 2021, a tendência foi aumentar as dividas aos fornecedores. Depois, relativamente à questão da demonstração dos resultados e não vou falar do prejuízo, no caso das autarquias não é um aspeto relevante, já houve aqui grandes intervenções relativamente ao prejuízo, a justificação já foi aqui dada e tem a ver com o aumento da provisão. Queria apenas salientar, o Senhor Vereador que referiu que o aumento das provisões da demonstração dos resultados foi de cerca de 7 milhões. Penso que esses 7 milhões têm a ver com o valor do balanço, o valor da demonstração do resultado penso que é um bocadinho mais baixo. Em todo o caso,

relativamente a esse valor eu tenho aqui algumas questões a colocar ao Senhor Presidente. A nossa preocupação era saber em que situação é que está o processo e a nossa segunda preocupação é que de facto, obviamente, os advogados de defesa da Câmara procurassem defender a Câmara o melhor possível, porque custa-nos um pouco aceitar que a Câmara possa ser responsabilizada por um valor tão alto tendo em conta a forma como o processo decorreu. Os documentos apresentam ainda informação relativamente a contabilidade e gestão, o que é uma novidade, porque essa contabilidade de gestão permite uma análise mais pormenorizada ao nível dos gastos da autarquia, confesso que por falta de tempo não pude analisar essa parte, mas prometo que no próximo ano procurarei analisar mais profundamente até para justificar o trabalho que os técnicos tiveram na elaboração dessa informação. Relativamente ao ponto 13.7, acontecimento após o relato já foi aqui referido, mas a própria prestação de contas, e bem, fez uma chamada de atenção que em face da situação atual os valores orçamentados poderão ter problemas, ou seja, poderá haver problemas e, nesse sentido, Senhor Presidente, gostaria de perguntar quais são os principais impactos que prevê que o aumento generalizado dos preços possa provocar ao nível da execução orçamental e que medidas a autarquia prevê tomar no sentido de minimizar o risco dessas situações. Depois, no relatório das atividades são apresentadas dezenas de fotografias alusivas às atividades desenvolvidas pela Câmara. De facto, com tantas fotografias, o relatório até fica mais bonito e, por outro lado, como são fotografias acabam por ocupar mais espaço, parece que temos aqui muitas atividades. Eu não vi as fotografias todas, confesso, mas, por acaso só vi as duas últimas, e as duas últimas são as fotos que estão na página 114, cujo título é Saúde-Beneficiação/Ampliação da USF HYGEA da Lixa. Ao olhar para as fotografias fiquei com a ideia que não se tratava de uma beneficiação, mas sim da destruição do edifício. Aquilo até pareciam os edifícios que, infelizmente, vemos agora todos os dias na televisão, da Ucrânia. Aquelas imagens dão uma imagem, enfim, degradante daquele

edifício. Mas, pior que a questão da imagem, é o facto daquela situação já se manter há vários meses e não tem sido feito nenhuma obra nos últimos meses, aquilo está parado e não se sabe bem porquê. Consideramos que esta ampliação é essencial para melhorar as condições de trabalho de todo o pessoal de saúde dessa unidade e permitir um melhor atendimento ao público. Estamos a falar de um investimento relevante para a melhoria de qualidade de saúde da população que vive na zona da Lixa. Em suma, tendo em conta os vários aspetos negativos refletidos nos documentos de prestação de contas, o Grupo PSD não poderá votar favoravelmente as mesmas."--

------**O Senhor Deputado João Fernando Lopes de Sousa, do Grupo Político Municipal do PSD, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte: ----------**

------"O único pedido de esclarecimento tem apenas três tópicos. É para ver se o Senhor Presidente nos consegue clarificar melhor. Já percebemos que nos próximos tempos esta questão do Higino vai ganhar atualidade e vai passar a ser alvo de discussão e de análise, mas, Senhor Presidente, gostava que sinteticamente, para não ocupar muito do seu tempo, nos esclarecesse sobre três assuntos. O primeiro é que, daquilo que me recordo nas contas anteriores, do ano anterior, tenho a impressão que as provisões eram na ordem dos 2 milhões de euros. Desta vez há um aumento muito significativo, para 7 milhões e qualquer coisa, e até já vem feita a referência ao pagamento em 72 prestações. A primeira questão era muito simples: o que é que aconteceu desde então que fez acelerar e justificar o aumento tão grande de provisões? Depois, uma segunda questão, (julgo que não ouvi mal) e que o Senhor Presidente disse que os Presidentes de Câmara e os Vereadores já confirmaram a execução das obras. Gostava de saber o nome deles e, já agora, porque as pessoas precisam de ser informadas, qual o período a que este processo reporta, em que anos foi feita a primeira obra apresentada e a última."----------

------**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Fonseca, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte:** ----------

------"Permitindo-me começar desde já por esclarecer o Senhor Dr. João Sousa, porque levantou questões. Como já referi há bocadinho, eu não sei até que ponto é que posso falar, ou não, sobre aquilo que está no processo e as declarações ali prestadas. Aquilo que lhe posso garantir, e o Senhor devia ter a obrigação de saber aquilo que está no processo e quem são as pessoas. Sei onde quer chegar politicamente, mas vou-lhe dizer; isto é grave demais - é o processo que vai ficar mais caro ao município, de todos os tempos. Vai ficar caro porque foram feitas obras que não deviam ter sido feitas, que o Senhor não as contabilizou enquanto era Vereador das obras, portanto, saberá certamente, pelo trabalho que fez nessa altura, qual era o valor que estava em causa e tem responsabilidades enquanto Vereador por aquilo que é o acumular dos juros ao longo destes anos em que o Senhor esteve no Executivo, desde 2009 até 2017, e podia ter resolvido o problema e não o resolveu. Dizer-lhe também que aquilo que está em causa em termos de provisões é aquilo que efetivamente foi aferido. O processo decorreu e neste momento as provisões que estão em cima da mesa são aquelas que são as reais depois de ouvido o Tribunal. O Tribunal foi dando nota de qual seria a provisão eventual que o município teria que considerar, com o acumular de juros, e sensibilizou o município para que houvesse entendimento. Também dizer, de forma clara, porque é preciso que se saiba perfeitamente aquilo que a Assembleia quer. Eu assumi efetivamente essa responsabilidade perante a Juíza, acreditando que é a melhor solução para o município perante os factos que temos. Porque, certamente haverá alguns que acham que é melhor não fazer acordo nenhum. Mas também nunca o assumiram, em tempos. Porque aquilo que consta no processo é que desde 2010 que haveria uma tentativa de entendimento para o acordo. Dizer-lhe Senhor Presidente da Assembleia, e já depois de ter respondido ao Dr. João Sousa, o que se encontra nas nas provisões são os valores com os quais, neste momento, estamos a

tentar chegar a acordo. Portanto, aquilo que nós pudermos reduzir, ótimo, melhor para o município, sendo certo que também não é só uma questão de reduzir, é perceber o *timing* que nós temos para pagar. Porque, se são 3 milhões de euros, que é muito dinheiro, se são 4, ainda pior, mas se forem 9 ou 10 será muito pior. Se fossem 3 milhões de euros e o município tivesse que o pagar de um momento para o outro, eu diria quase ficaríamos numa situação insustentável. Portanto, para nós é muito difícil, porque nós não vamos fazer um empréstimo para pagar as dividas. O que nós não vamos fazer é empréstimos para pagar as dividas. Vamos tentar negociar o melhor possível e que daqui para a frente a gente não tenha que pagar mais juros em cima de juros, como já estamos a pagar. Esse é o meu compromisso convosco e, como já o disse, todos nós temos responsabilidades. Não vale a pena andar a querer fazer disto um caso político, a dizer que isto é do tempo do PS ou que é do tempo do fulano A ou do Senhor B, isto é um problema do Município de Felgueiras, que não assumiu as suas responsabilidades enquanto tinha de as assumir. E tem que cumprir com toda a gente, bem ou mal. Temos dificuldades, mas terão que ser resolvidas. É este processo como são outros que penso que ainda se arrastam e que ainda não foram resolvidos alguns, e que tem que se ir pagando a quem é devido. Portanto, dizer-lhe, Senhor Deputado, que tudo faremos para honrar os compromissos do Município de Felgueiras. Não pondo em causa, nunca, a sustentabilidade do município. Dizer também, ao Senhor Dr. José Mendes, porque falou aqui na questão da eficiência energética, dizer que nós aprovamos aqui, já várias vezes, e trouxemos até para conhecimento, termos de aceitação e empréstimos, os próprios empréstimos de que falou no âmbito das candidaturas de eficiência energética e Felgueiras, nomeadamente nos edifícios escolares, temos muitas, são muitas mesmo. Felgueiras foi o município que mais candidaturas apresentou na região. Oportunidades que a gente tenha para poder melhorar, seja o nosso parque escolar ou qualquer edifício público, nós o faremos. Dizer também que a questão da receita do IUC deve ter a ver, eventualmente, com a

reformulação que existe no parque automóvel e, eventualmente, os carros elétricos que não são taxados, e que resulte numa diminuição e tem havido alguns apoios nesse sentido. Também relativamente à despesa corrente, é aquela velha história que já temos aqui discutido. Não pode haver sol na eira e chuva no nabal. Ou queremos continuar a apoiar as Associações, apoiar Juntas de Freguesia, apoiar Associações de Bombeiros Humanitários, fazer investimentos, aquilo que são os apoios e subsídios que damos são despesa corrente. Portanto, isso também faz parte. Há aqui uma questão de que falou de alguns aumentos, que tem a ver com a descentralização, que também teve muita receita, mas que existe outro tipo de despesas que nós não tínhamos, eventualmente, não só a questão da eletricidade, mas também, por exemplo, das telecomunicações, que é outra das matérias. Acho que vou deixar aqui para o Senhor Vice-Presidente esclarecer, porque ele tomou ali várias notas, mas há uma pergunta que eu depois também gostaria de deixar no ar. É uma pergunta de retórica, mas que era importante no fim aferirmos. Temos que definir prioridades e vai haver uma cavalgada grande de preços de combustíveis e que teremos, em cada momento, de decidir o melhor possível e vamos eventualmente ter que cortar aqui e ali. Nenhum de nós pode ficar contente com qualquer situação destas, que trave o investimento e que não permita a evolução do nosso concelho, ninguém fica satisfeito com isso. Mas, dizer-lhe também que se tive *medalha de ouro no endividamento*, também já a tive na poupança. Porque, tivemos a maior poupança de sempre e nesse sentido também podemos aqui congratular-nos por isso. Portanto, Senhor Deputado, a pergunta que eu queria deixar, para qualquer um de nós, é: Se, eventualmente, tivermos que cortar, quais os investimentos é que achariam que devíamos deixar para segundo plano?"-----

------**A Senhora Deputada Elisa Odete Serdoura Rodrigues, do Grupo Político Municipal do PSD, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte: ----------**

------"Só para dizer que estou há vinte anos nesta Assembleia e, Senhor Presidente de Câmara, não gostei do tom. Não gosto desse tom. Não precisa desse tom. A verdade é que o PSD já assumiu a sua posição em relação a todo este caso. O Tribunal que decida. O Tribunal que junte os documentos todos e que decida. Eu ainda quero acreditar na justiça. Se tivermos que pagar, passados tantos anos, é lamentável que quem na altura cometeu as dívidas não as tivesse pago, que é assim que eu procedo, é assim que eu acho que deve ser. O Tribunal serve exatamente para isto, e o PSD afirmou a sua posição na Assembleia e no Executivo na altura própria. O Tribunal decide e, mediante o que o Tribunal decidir, nós vamos tomar as medidas que considerarmos necessárias. Quem herda, herda dinheiro e herda dívidas e herda responsabilidades. A mim pessoalmente ninguém me acusa de eu não ter tomado uma posição. Não gostei. De qualquer forma eu penso que vai chegar a altura certa para se definir isso. A posição do PSD penso que ficou sempre clara e se, efetivamente, o Tribunal considerar que existe um valor a ser pago, nós vamos analisar e vamos ver a forma melhor para o pagarmos.".----------

------**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José da Silva Campos, proferiu o seguinte:**----------

------"Este assunto está nos documentos, mas não é um assunto que esteja em discussão. Certamente que este assunto será melhor discutido, (peço desculpa deste aparte), quando o Senhor Presidente negociar, conforme disse, o melhor possível e com certeza que o trará ao Executivo em primeiro lugar para que nós nos comprometamos. Quero deixar aqui muito claro, indo de encontro àquilo que a Senhora Deputada Elisa referiu; a Câmara Municipal de Felgueiras é uma entidade de bem. Se é uma entidade de bem, independentemente de quem não tomou posições ao longo de quase trinta anos, somos nós que ficaremos para a história como bons pagadores. Portanto, quem cá está tem que assumir a sua responsabilidade. Da minha parte, saberei assumir a minha responsabilidade no momento em que tivermos que

aqui votar aquilo que o Tribunal determinar ou por imposição sua ou por acordo que seja de interesse para nós. Peço desculpa deste aparte, mas fica aqui a minha posição tomada para o futuro, conforme ficou também a da Senhora Deputada."----------

------**O Senhor Deputado António Alfredo Macedo Alves, e líder do Grupo Político Municipal do SIM ACREDITA – L.PS, proferiu a seguinte declaração:**

------"Nós, queremos aqui manifestar, em nome do grupo político SIM ACREDITA – L.PS, o nosso total apoio a este Executivo no sentido de tentar resolver este problema. Nós entendemos que os políticos foram eleitos para resolver problemas e não para adiar problemas. Nós, tal como este Executivo já conseguiu resolver um problema com vinte e tal anos, que se chamava PDM, acreditamos que também vai resolver este. Relativamente ao pagamento, nós também achamos que é o Tribunal que compete decidir, porque não há outra alternativa possivelmente, mas antes de o Tribunal decidir nós não queremos que o Tribunal decida sem este Executivo negociar as melhores condições possíveis e que sejam aquelas que melhor servem os interesses de todos os felgueirenses. E, por isso, nós entendemos e apoiamos aqui o Executivo no sentido de encontrar a melhor solução e aquela que seja mais barata para todos os felgueirenses."----------

------**O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, A. Fernando Fernandes, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte:**----------

------"Creio que não foi colocada nenhuma pergunta, nenhuma dúvida nem nenhuma questão e também não me fica bem estar a tecer comentários ao comentário do Prof. José Mendes. Só queria aqui esclarecer duas ou três situações muito simples, porque grande parte daquilo que aqui foi dito, creio que já tinha esclarecido anteriormente. Dizer que relativamente às despesas, de facto nós não podemos reduzir as despesas correntes sem aumentar todo um conjunto de apoios sociais e não deixar de assumir aquilo que são as nossas responsabilidades na descentralização de competências. Só para a educação, no último pacote que veio do Estado, nós assumimos despesas

correntes na ordem dos 4 milhões de euros, cerca de 1 milhão é só para vencimentos. Portanto, há margens nas despesas correntes que nós não podemos mexer. Obviamente que, se me disser, "bem, o município é mais eficiente que a Administração Central", claramente. Agora, podemos ter aqui pequenos benefícios naquilo que são as telecomunicações por exemplo, em anexar todas as telecomunicações ou os contratos que estavam individualizados em cada um dos agrupamentos e concentrá-los no município e conseguimos uma mais valia e uma redução de custos, claro que sim, mas não em tudo, e agora com esta situação internacional que se vive e com o aumento do preço dos serviços e dos bens, acaba por ser impraticável durante o ano de 2022. O Senhor Presidente já falou da poupança. De facto, nós não podemos dizer que a poupança aumentou pouco, foi de facto o maior volume de poupança de todos os tempos entre aquilo, e vou repetir, é a diferença entre receitas correntes e despesas correntes e depois só lhe vou dizer para não me estar alongar muito, quando fala de taxas de execução de 2008 a 2017, a média das taxas de execução da receita, não vou aqui referir os anos porque senão ia estender-me demasiado, a média era de 63%, taxa de execução dos anos 2008 a 2017. Dos anos 2018 a 2021, a média é de 89%. Portanto, vou considerar e vou continuar a defender como sendo dos melhores resultados de sempre desta autarquia. Obviamente que cada um tem os seus argumentos. Relativamente ao IUC, o Senhor Presidente já esclareceu que tem a ver com a renovação do parque automóvel. Quantos mais automóveis elétricos forem adquiridos menor tenderá a ser esta taxa, porque estão isentos deste pagamento, mais os de grande cilindrada. Falou-se nos *Ferrari's*, se nós vimos os *Ferrari's* substituídos por *Teslas* elétricos que é que vai acontecer é como os *Ferrari's* pagam um grande montante de IUC, portanto isso vai ter um reflexo direto neste tipo de receitas. Relativamente ao 0,7% da eficiência energética, também podemos aqui dizer que grande parte das intervenções nos edifícios das escolas, que entraram como obras são de eficiência energética. Portanto, não é tão linear quanto isso, que seja só 0,7%. Os

apoios que foram canalizados para as famílias e empresas ainda não temos esse levantamento, é extremamente difícil porque nós neste âmbito, no âmbito da pandemia, temos custos diretos e custos indiretos. Estamos a tentar fazê-lo e logo que o tenha, não tenho problemas nenhuns de os facultar. Obviamente que, depois, falamos em despesas essenciais e investimentos essenciais é aquilo que tem sido feito em termos de gestão autárquica nestes últimos anos. Relativamente às dividas a fornecedores, fala de facto num aumento de 100% e verificou-se agora. Nós, por uma questão de rigor contabilístico, nunca podemos transitar com saldo zero nas dividas a fornecedores, porque qualquer fornecedor, qualquer empreiteiro que entrega uma fatura, no dia quinze, no dia vinte de dezembro e nós até temos um prazo previsto de um pagamento a trinta dias. Não posso pagar no imediato essa fatura, portanto há sempre um saldo que vai transitar. O município para ter um saldo transitado nesta rúbrica de dividas a fornecedores e empreiteiros de zero, teria que fazer como muitos outros municípios fazem, incluindo aqui o vizinho de Amarante que já não é a primeira vez que que o faz, transita com saldo zero. Sabem o que é que eles fazem? A partir de um de janeiro não registam nenhuma fatura que rececionam, portanto, não registando não estando na aplicação a partir de 1 de dezembro, deixam de registar faturas no sistema, portanto, não havendo registo, não há divida a fornecedores. Nós, por uma questão de transparência, devemos assumir aquilo que temos, a realidade que nós temos. Relativamente à contabilidade de gestão, já o ano passado a tivemos cá, portanto já não é novidade. Estamos constantemente a melhorá-la, porque de facto ela devia estar implementada desde 2002, e não estava. Foi implementada já no nosso mandato e tem muitas afinações, como deve compreender. Creio que não devo dizer mais nada porque não me foi colocada nenhuma pergunta direta. Creio que esclareci uma ou outra questão."----------

------**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Fonseca, proferiu o seguinte:**----------

------"É só mais uma questão, em relação à Dr.ª Elisa. Em relação ao tom, eu nunca utilizaria este tom com a Senhora, porque aquilo que aconteceu é que me senti injustiçado relativamente àquilo que ouvi o Dr. João Sousa dizer. Dizer que também há coisas que não ficaram claras relativamente à posição, porque se há coisa que eu durante este tempo percebi no processo, é que houve várias tentativas de acordo relativamente a este processo. Portanto, não é clara a posição do PSD. Eu sei que era mais fácil decidirmos. Quando somos chamados pelo Tribunal, que nos diz que o melhor para o município é chegar a um entendimento, é isso que eu tenho obrigação de fazer, para proteger o município. Porque se assim fosse, eu percebo, era melhor, é claro que depois de dar uma sentença ninguém está para negociar nada, nem ninguém quer negociar nada. Aliás, acordos já foram feitos e eu recordo um que foi feito no passado aqui neste município, que tem a ver com o aterro de Lustosa. Portanto, nesse sentido é o que tentaremos fazer também é trazer o melhor acordo possível, mas que seja também a Assembleia a ter essa posição, de decidir quanto àquilo que possa ser o melhor acordo. Sempre disponível, e se me disserem assim: "eu ainda fazia melhor", se forem lá fazê-lo fico contente.". ----------

------*Em, resposta a uma questão levantada pelo Deputado José Mendes do Grupo Municipal do PSD, o Senhor Presidente de Câmara, respondeu, prosseguindo:*----------

------"Dr. José Mendes, o Centro de Saúde enquadra-se no âmbito de uma candidatura, até porque no processo de descentralização transitará, como é óbvio, para o Município. Há a oportunidade, do ponto de vista de na saúde oral, fazer também lá o atendimento nesse âmbito, para pessoas que não têm possibilidades para o fazer, e é claro que do ponto de vista estrutural aquele edifício tinha debilidades e teve que ser reforçado o projeto que inicialmente estava previsto e daí que haja uma empreitada com maior envergadura e que esteja a demorar mais. Também há sempre constrangimentos, qualquer empreiteiro ficaria, tal como nós vimos por exemplo e acompanhamos nas Barrancas, é mais fácil quando se está a fazer uma obra e não há nada que esteja que

a coloque em causa. Quando temos um edifício onde estão a ser prestados serviços e é preciso simultaneamente avançar com obras, temos sempre mais dificuldades, porque temos constrangimento naquilo que é o atendimento, e aquilo que queremos, qualquer um de nós, é que a obra decorra o mais depressa possível e que o edifício esteja disponível para dar cobertura às necessidades dos cidadãos."----------

------De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o ponto n.º 5 da Ordem do Dia: ----------

Deliberação: - Depois de apreciados os documentos de prestação de contas do ano de 2021, a que se refere a deliberação supra da Câmara Municipal e reproduzidos em anexo, a Assembleia Municipal deliberou, nos termos do disposto da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar os Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2021, conforme proposto pela Câmara Municipal.----------

------Esta deliberação foi tomada por **38** votos a favor, **7** votos contra e **2** abstenções.

------Encontravam-se na sala **47** membros dos **47** que compõem a Assembleia.---------

6. PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DE NOVOS PROJETOS DE INVESTIMENTO OU A SUA REPROGRAMAÇÃO.

------Não houve qualquer intervenção. ----------

------De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o ponto n.º 6 da Ordem do Dia: ----------

Deliberação: - A Assembleia Municipal deliberou, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorizar a assunção dos compromissos plurianuais de novos projetos de investimento ou a sua reprogramação e de atividades mais relevantes, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal.----------

------Esta deliberação foi tomada por **47** votos a favor, **0** votos contra e **0** abstenções.

------Encontravam-se na sala **47** membros dos **47** que compõem a Assembleia.---------

7. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS ORÇAMENTAIS DE 2022.

------Não houve qualquer intervenção. ----------

------De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o ponto n.º 7 da Ordem do Dia: ----------

Deliberação: - A Assembleia Municipal deliberou, ao abrigo do ponto 8.3.1. do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, conjugado com alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º e com a alínea c) n.º 1 do artigo 33.º do ANEXO I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a segunda alteração orçamental modificativa das Demonstrações Previsionais Orçamentais de 2022, acompanhada dos mapas da modificação orçamental, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal.-------

------Esta deliberação foi tomada por **47** votos a favor, **0** votos contra e **0** abstenções.

------Encontravam-se na sala **47** membros dos **47** que compõem a Assembleia.---------

8. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS – IDENTIFICAÇÃO DO ÂMBITO DE INTERVENÇÃO DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS.

------Inscreveu-se, para usar da palavra: ----------

------**A Senhora Deputada Maria Fernanda Fernandes de Castro, do Grupo Político Municipal do PSD, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte:** ----------

------"No âmbito da transferência de competências do Município para as Freguesias, entendemos que, ao contrário daquilo que se passa a nível nacional, ficamos aquém das expectativas. Tanto das nossas como certamente das freguesias e dos fregueses. Parece que o Município tende em oferecer uma certa resistência em transferir mais competências para as Juntas. A descentralização de competências para as Juntas é ir mais além. É permitir uma maior proximidade e flexibilidade dos serviços à população. É permitir mais autonomia aos Presidentes de Junta e mais fontes de receita para os seus orçamentos. Além de que nós, tal como vós, também acreditamos que os nossos

Presidentes de Junta estão cada vez melhor preparados, mais capazes de fazer mais, mas para isso é preciso ter a coragem de lhe atribuir mais competências. Associando a tudo isto a possibilidade de libertar os serviços municipais para outras atividades e serviços num verdadeiro pensamento estratégico de colaboração, privilegiando como parceiros estruturais as Juntas de Freguesia. Esperamos que no futuro esta situação seja revista. Pois o desempenho municipal é proporcional ao desempenho de mais competências pelas Juntas de Freguesia."----------

------De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o ponto n.º 8 da Ordem do Dia: ----------

Deliberação: - A Assembleia Municipal deliberou, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 39.º, n.º 5, da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o artigo 2.º, n.º(s) 3 e 4, do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, e artigos 25.º, n.º 2, alínea k) e 33.º, n.º 1, alínea ccc), do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal. ----------

------Esta deliberação foi tomada por **40** votos a favor, **7** votos contra e **0** abstenções.

------Encontravam-se na sala **47** membros dos **47** que compõem a Assembleia.---------

9. REVISÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS.

------**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José da Silva Campos, fez a seguinte intervenção:** ----------

------"O nono ponto da ordem do dia é a Revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Felgueiras, que vos foi remetido. Foi alvo de discussão conforme foi aqui seguido por esta Assembleia na Comissão Permanente. Os líderes parlamentares pediram inclusivamente a vossa participação e foi tido tudo em conta. Confessamos que não há grandes alterações. Isto comprova aquilo que eu vinha dizendo, que o Regimento estava atualizado. Se calhar, a mais relevante é aquela que prevê que a intervenção do público passe para o período imediatamente a seguir ao Período de Antes da Ordem do Dia, para evitar estarmos aqui a massacrar quem queira

eventualmente pôr aqui algum problema. Portanto, deixava ficar à vossa disposição, caso alguém deseje intervir. De qualquer modo, queria, em nome da Mesa, e como Presidente da Assembleia Municipal, agradecer os contributos que foram dados, nomeadamente pelos elementos da Comissão Permanente e por todos aqueles que, junto de cada um, depois manifestou as suas propostas."----------

------Inscreveu-se, para usar da palavra: ----------

------**O Senhor Deputado José Carvalho Mendes, do Grupo Político Municipal do PSD, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte: --------**

------"A minha intervenção neste ponto, naturalmente que não é para pôr em causa o Regimento. Aliás, como foi referido existiu, enfim, alguma unanimidade e eu inclusive participei na proposta de alterações. Apenas queria deixar aqui uma opinião e uma mensagem, que é o seguinte: O importante é que esse Regimento sirva para que os Deputados, Membros desta Assembleia, possam desempenhar o seu papel, Senhor Presidente. Esse é que é o principal objetivo do Regimento. Não é quartar, o Regimento não é um instrumento para quartar o funcionamento da Assembleia Municipal. Pelo contrário, tem que ser um documento que permita que esta Assembleia possa desempenhar as suas funções. Digo isto, Senhor Presidente, porque há um ponto que não faz parte do Regimento que vai ser aprovado posteriormente, que é a questão dos tempos, a grelha dos tempos. Eu também gostaria de referir que o documento não é muito claro em relação a isso. Refere que uma das tarefas da Comissão Permanente é aprovar as grelhas dos tempos e eu gostaria que essa questão nunca deixasse de ser discutida na Assembleia Municipal. Por outro lado, gostaria muito sinceramente, que se há algumas vontades de restringir devido à questão das maiorias absolutas que existem, se há tendência em querer restringir a nossa atividade no município e se o objetivo for apenas vir cá receber a senha, Senhor Presidente, eu não estou disponível para isso. Portanto, vejam o caso da Assembleia da República

Portuguesa, que é a casa da democracia, e espero que haja também nesta Assembleia o sentido democrático."----------

------**O Senhor Deputado João Fernando Lopes de Sousa, do Grupo Político Municipal do PSD, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte:** ----------

------"Na sequência do resultado das eleições autárquicas manifestou, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, vontade em rever o Regimento deste Órgão, atualizando-o e introduzindo algumas alterações, com vista ao seu melhor funcionamento. Assim, os partidos representados nesta Assembleia deram os seus contributos. Regista-se a simplificação e clarificação de alguns aspetos e, após alguma discussão, chegou-se a uma proposta final em que a representatividade e a partilha democrática do Órgão de fiscalização não é necessariamente igual à proporcionalidade do resultado eleitoral, sob pena de o Órgão fiscalizador ser esmagadoramente dominado pelo Movimento SIM ACREDITA. Todo este processo, patrocinado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, resulta num documento aqui apresentado e com o qual nos revemos, desde que esta questão dos tempos seja respeitada. Chamamos a atenção para o equilíbrio de tempos de discussão da ordem do dia, a salvaguarda do tempo extra para os assuntos estruturantes do Município, entre outros que possam eventualmente surgir, Plano e Orçamento e Relatório de Contas. A transmissão das reuniões futuras, através da plataforma YOUTUBE e a passagem das intervenções do público para a parte inicial da reunião. Certamente, concordaremos muitas vezes, no calor da discussão neste Órgão dos pontos, colocaremos reservas frequentes e, sempre que necessário, estaremos contra, sempre na defesa dos interesses de quem nos elegeu e de Felgueiras. É assim a democracia. Gostaríamos que este Regimento fosse a consagração do direito em que a maioria veicula as suas ideias e as suas posições e que a oposição possa discordar das propostas e defender posições contrárias e apresentar também alternativas, sem qualquer tipo de restrições.

Todos registamos a satisfação e felicidade do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na última reunião, considerando-a uma longa reunião, mas proveitosa, dinâmica e esclarecedora. Considerou, e muito bem, que a Assembleia Municipal é o local nevrálgico das discussões. Reconhecemos o papel mediador do Senhor Presidente da Assembleia Municipal no resultado final da alteração ao Regimento deste Órgão e, certamente, quem ficará a ganhar com a pluralidade de visões nesta Assembleia e várias e diversas intervenções será a população felgueirense, que se sente legitimamente representada pela maioria ou pela alternativa. Apesar do resultado final satisfatório, sentimos que ainda não foi a altura de modernizar e reforçar esta Assembleia com instrumentos técnicos e acesso a recursos que permitam fiscalizar com maior conhecimento e em permanência a ação municipal nas matérias principais; finanças, orçamento, planeamento e ordenamento, projetos e obras e ação municipal. Tomemos como modelo outras autarquias do país que tornam a ação da Assembleia Municipal numa miniassembleia da República, que fiscaliza quase que diariamente e com efetivos poderes, a ação municipal. Fica aqui o desafio para o futuro, para uma próxima revisão, por exemplo, das Comissões de Acompanhamento, que apesar de já poderem ser criadas, possam vir a ser reforçadas com meios técnicos que ajudem efetivamente à ação fiscalizadora e ao conhecimento dos assuntos estruturais do concelho." ----------

------**O Senhor Deputado Mário Rui Pinheiro Gaspar, membro do Grupo Político Municipal da Coligação SIM ACREDITA L.PS, fez a seguinte intervenção:** ----------

------"Venho aqui, primeiro, agradecer o papel do Presidente da Assembleia neste processo de mediação e pensava que ia fazer aqui uma intervenção de cariz mais feliz do que vou fazer agora. Este tom que aqui nos foi proporcionado, de ameaça relativamente à proporcionalidade do tempo, a nós parece-nos absolutamente descabido quando o SIM ACREDITA sempre manifestou em todas as alturas

disponibilidade e abertura para poder ceder o tempo democraticamente possível, mas sem ser uma versão do PSD da democracia, isto é uma versão alternativa, em que, termos ganho aqui na Assembleia por 67.3 equivale a termos os mesmos tempos, e seria desmascarar a democracia, porque aqueles que votaram em nós representam um número de eleitores que seriam frustrados na sua representação, porque o PSD inventou uma democracia nova. Esse tom de ameaça, quando nós tivemos sempre uma disponibilidade absoluta para negociar. Está à vista aquilo que aconteceu por exemplo na revisão do Regimento, qual terá sido a proposta que não terá sido aceite do PSD, e aqui louvo o trabalho que foi feito em convergência. Agora, esta ameaça que foi feita aqui, parece-nos completamente inócua, inconsequente, desmedida de tempo. O SIM ACREDITA sempre se pautou pela aceitação da democracia e nós fomos mais além do que aquilo que nos era permitido até. Fizemo-lo, porque se aceitássemos as regras democráticas, vocês não teriam este tempo que vão ter."----------

------**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José da Silva Campos, fez a seguinte intervenção:** ----------

------"De qualquer modo, agradeço as intervenções que foram feitas. Dizer-lhes que é o resultado democrático da discussão muito profunda, feita em três reuniões com a vossa colaboração. O tempo foi acordado entre os líderes, e a partir do momento que os líderes das bancadas aceitaram o tempo, os restantes elementos da Comissão Permanente aceitaram. Evidentemente que nunca quartarei a palavra a quem quer que seja, até porque o Regimento permite várias alternativas. Pior que ter regras é não ter regras. Aqui há regras, o Regimento consagra nos seus artigos possibilidades de cada um poder ir mais alem. Nós hoje fomos muito mais além do que aquilo que está previsto, que é uma hora para cada ponto da ordem de trabalho. Na última Assembleia Municipal aconteceu a mesma coisa relativamente à questão do Lítio. Prezo-me de ser, de poder vir a ser um bom servidor da democracia e, um exemplo que aqui foi focado, que é a representatividade, desculpem lá vou falar agora de uma questão que nem

devia falar, não gosto muito de falar, mas é um partido político que está na nossa senda política, o CHEGA no mandato anterior na Assembleia da República tinha um minuto ou dois e hoje tem 11 Deputados ou 12 e tem um tempo imediatamente a seguir ao PSD. Portanto, é o resultado da democracia. Agora, se nós pudermos melhorar a democracia eu afirmo-vos aqui solenemente que procuraremos ser cumpridores da democracia dando voz a toda a gente, sem qualquer problema." -------

------De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o ponto n.º 9 da Ordem do Dia: ----------

Deliberação: - A Assembleia Municipal deliberou, ao abrigo ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º do ANEXO I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a revisão do Regimento da Assembleia Municipal. ----------

------Esta deliberação foi tomada por **47** votos a favor, **0** votos contra e **0** abstenções.

------Encontravam-se na sala **47** membros dos **47** que compõem a Assembleia.---------

10. ELEIÇÃO DOIS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS.

------Para a eleição a que se refere este ponto da ordem do dia, o Grupo Político Municipal do PSD indicou o Senhor Hugo Emanuel Pinto Sampaio, Presidente de Junta de Freguesia de Jugueiros e o Senhor José Manuel Fernandes Pinto, Presidente de Junta de Freguesia de Airães. A esta lista foi atribuída a letra **A**. O Grupo Político SIM ACREDITA indicou o Senhor Joaquim Jorge Leite Marinho, Presidente de Junta de Joaquim Jorge Leite Marinho, Presidente de Junta de Penacova e o Senhor Bartolomeu Virgílio Borges Pereira, Presidente de Junta de Freguesia de Pombeiro. A esta lista foi atribuída a letra **B**.----------

------Realizada a votação por escrutínio secreto e feita a contagem dos votos, verificou-se o seguinte resultado: ----------

------Lista A – 9 votos;----------

------Lista B – 37 votos. ----------

------Votos em branco – 1 voto. ----------

------Em função deste resultado o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou eleitos para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, o Senhor Joaquim Jorge Leite Marinho, Presidente de Junta de Freguesia de Penacova e o Senhor Bartolomeu Virgílio Borges Pereira, Presidente de Junta de Freguesia de Pombeiro.----------

-------Seguiu-se o período de intervenção do público conforme o artigo 33.º do Regimento. ----------

------Não houve qualquer inscrição.----------

------**O Senhor Presidente da Assembleia, Prof. José Campos, dirigiu-se a todos os Deputados fazendo a seguinte intervenção:**----------

------"Caros Deputados, estamos a chegar ao fim. Ia-lhes pedir que pudéssemos aprovar em minuta os pontos n.º s 5, 6, 7, 8 e 9." ----------

------Seguidamente, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, procedeu-se à votação conjunta do texto das deliberações em minuta, respeitantes aos pontos n.º s, 5, 6, 7, 8 e 9: - **Aprovadas por 47 votos a favor.** ----------

------Encontravam-se na sala **47** membros dos **47** que compõem a Assembleia Municipal.----------

------O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente de Câmara que referiu o seguinte: *"Muito obrigado Senhor Presidente. Permitam-me dispensar os cumprimentos e em nome do Senhor Presidente da Câmara Municipal convidá-los a juntarem-se a nós no átrio do edifício dos Paços do Concelho para recebermos o desfile de bombos e a entrega da chave e convidá-los também a participar naquilo que são as festividades da Feira de Maio, que também se iniciam hoje e que têm um programa um bocadinho diferente este ano, mas acho que muito interessante. Obrigado a todos pela vossa presença. Uma muito boa noite e bom fim de semana."* ----------

------O Senhor Presidente da Assembleia Municipal proferiu o seguinte: *"Queria agradecer a vossa participação e sobretudo a vossa aceitação para esta alteração da hora de início da sessão e agradecer de uma forma especial aos líderes parlamentares que contribuíram certamente para que isto acontecesse. Aos representantes novos que aqui tivemos hoje em regime de substituição espero que não tenham ficado defraudados. É sempre a primeira que custa mais. Muito obrigado e vamos juntar-nos lá fora. Bom Maio e bom S. Pedro."* ----------

------Finalmente, nada mais havendo a tratar, pelas 22 horas e 10 minutos do dia 29 de abril, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a sessão. ---

------As votações foram efetuadas, através do sistema eletrónico e constam em anexo à presente Ata [Doc. n.º 3], bem como a listagem dos comandos atribuídos a cada um dos membros [Doc. n.º 4], da qual fazem parte integrante. ----------

------Para constar e devidos efeitos, lavrou-se a presente ata, com setenta laudas, que, Margarida Paula Leite Faria Teixeira de Sousa, 1.ª Secretária, e Simone Manuela Dias de Magalhães, 2.ª Secretária, subscreveram, e vai também ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia. ----------

O Presidente,

_____

A Primeira Secretária,

_____

A Segunda Secretária,

_____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALGUEIRAS

RELAÇÃO DE PRESENÇAS
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
29 DE ABRIL DE 2022

Agostinho do Vale Ferreira
Américo Jorge Vaz Monteiro
António Alfredo Macedo Alves
António Joaquim Ribeiro da Silva
António Jorge Ferreira da Silva
Bartolomeu Virgílio Borges Pereira
Carla Cristina Neto Lobão
Catarina Isabel Assis de Sousa
Cláudia do Rosário Coelho Ventura, Tesoureira em substituição de João Filipe Faria Valente [alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]
Diana Margarida Teixeira Ribeiro
Eduardo Jorge Sampaio de Magalhães, em substituição de Marta Manuela Teixeira Simões [artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro]

Élio David Rodrigues da Silva, em substituição de Paulo Jorge Brochado Soares [artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro]
Elisa Odete Serdoura Rodrigues
Fernando Miguel da Costa Aires Faria
Gina Maria Sousa Costa
Hélder Filipe Magalhães e Silva
Hernâni Jorge Teixeira Diogo
Hugo Emanuel Pinto Sampaio
João Fernando Lopes de Sousa
Joaquim Jorge Leite Marinho
José António de Sousa Guimarães
José António Lemos de Araújo
José Carlos Pinto da Silva
José Carlos Santos Lopes
José Carvalho Mendes
José da Silva Campos

José Manuel da Costa Martins

José Manuel Fernandes Pinto

Júlia Maria Gomes Silvério Peixoto

Júlio da Silva Pereira

Leonel Fernando Pinto Coelho da Costa

Liliana Patrícia Pires da Cunha, Tesoureira em substituição de Marco César Teixeira da Silva [alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]

Lúcia Alexandra Sampaio Valente de Melo Ribeiro

Luís Paulo Leite Pinto

Margarida Paula Leite Faria Teixeira de Sousa

Maria de Fátima Fernandes de Castro

Mário Ribeiro da Costa

Mário Rui Pinheiro Gaspar

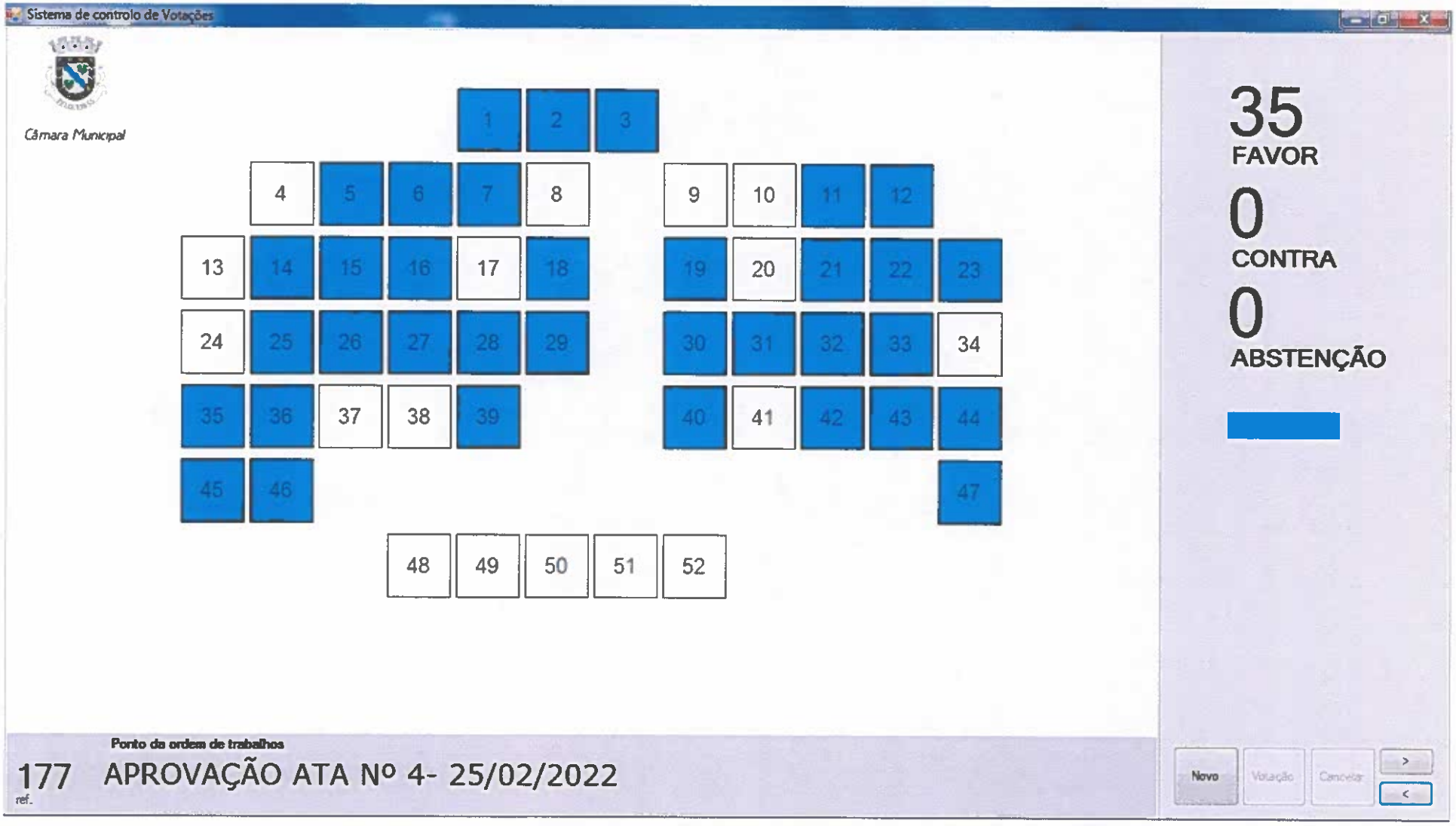
Nuno Miguel Teixeira Lopes

Paulo Eduardo Macedo Pereira

Rui Miguel Ribeiro de Oliveira

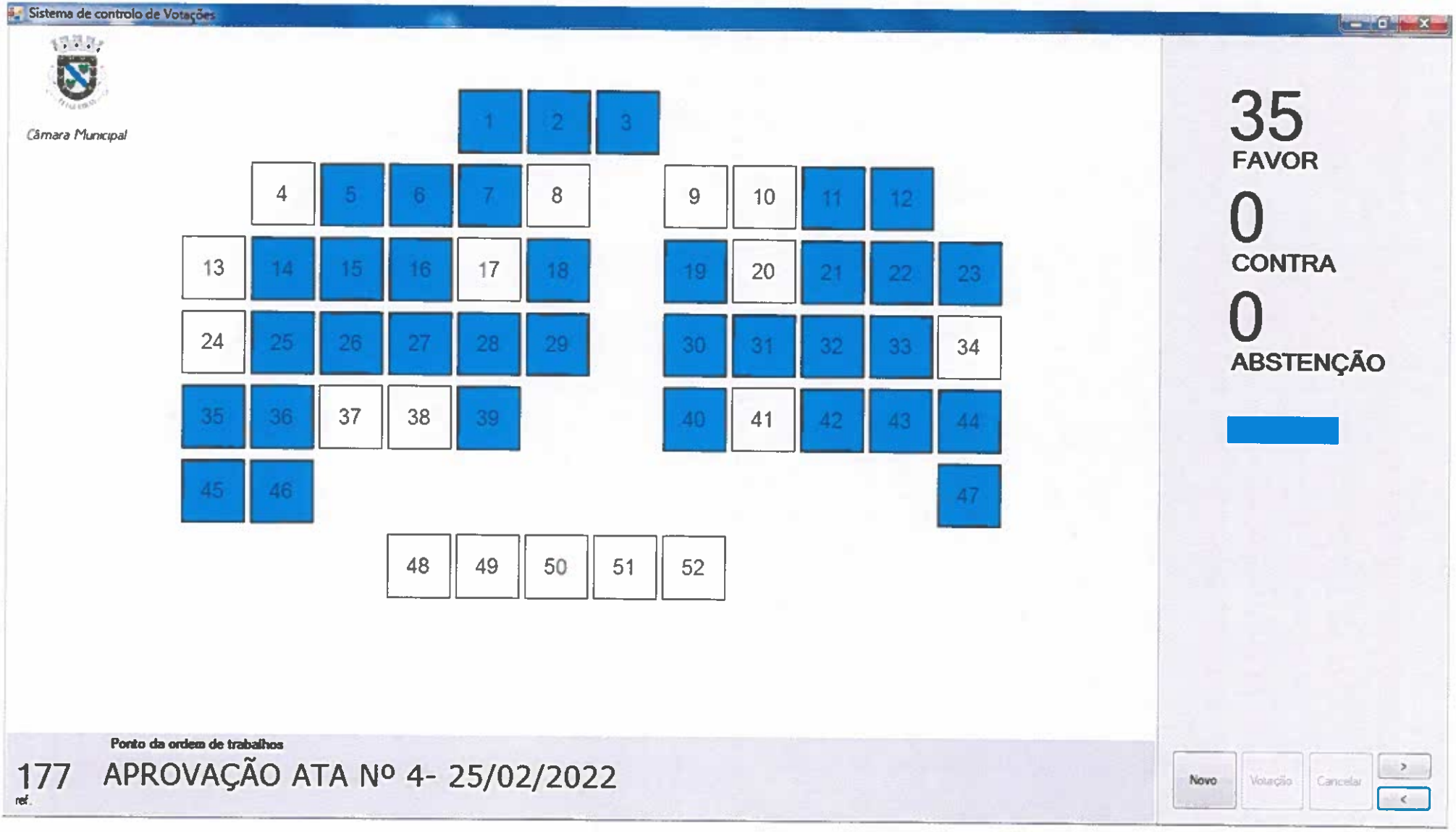
Sandra Alice da Silva Loureiro

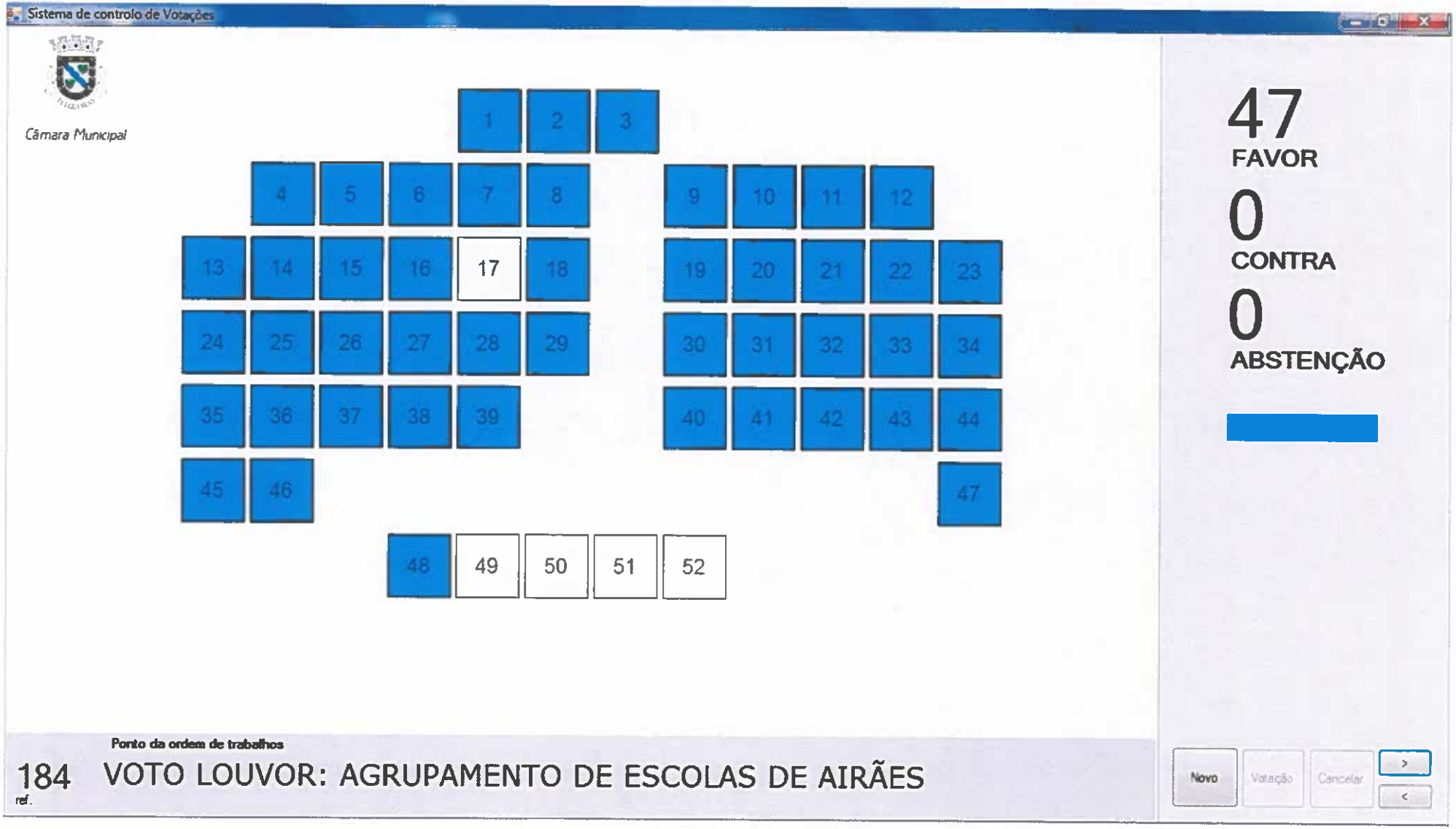
Sandra de Fátima Mendes Teixeira
Sandro Davide Sousa Afonso
Sílvia Perpétua Lopes da Cunha
Simone Manuela Dias de Magalhães
Vítor José Mendes Silva

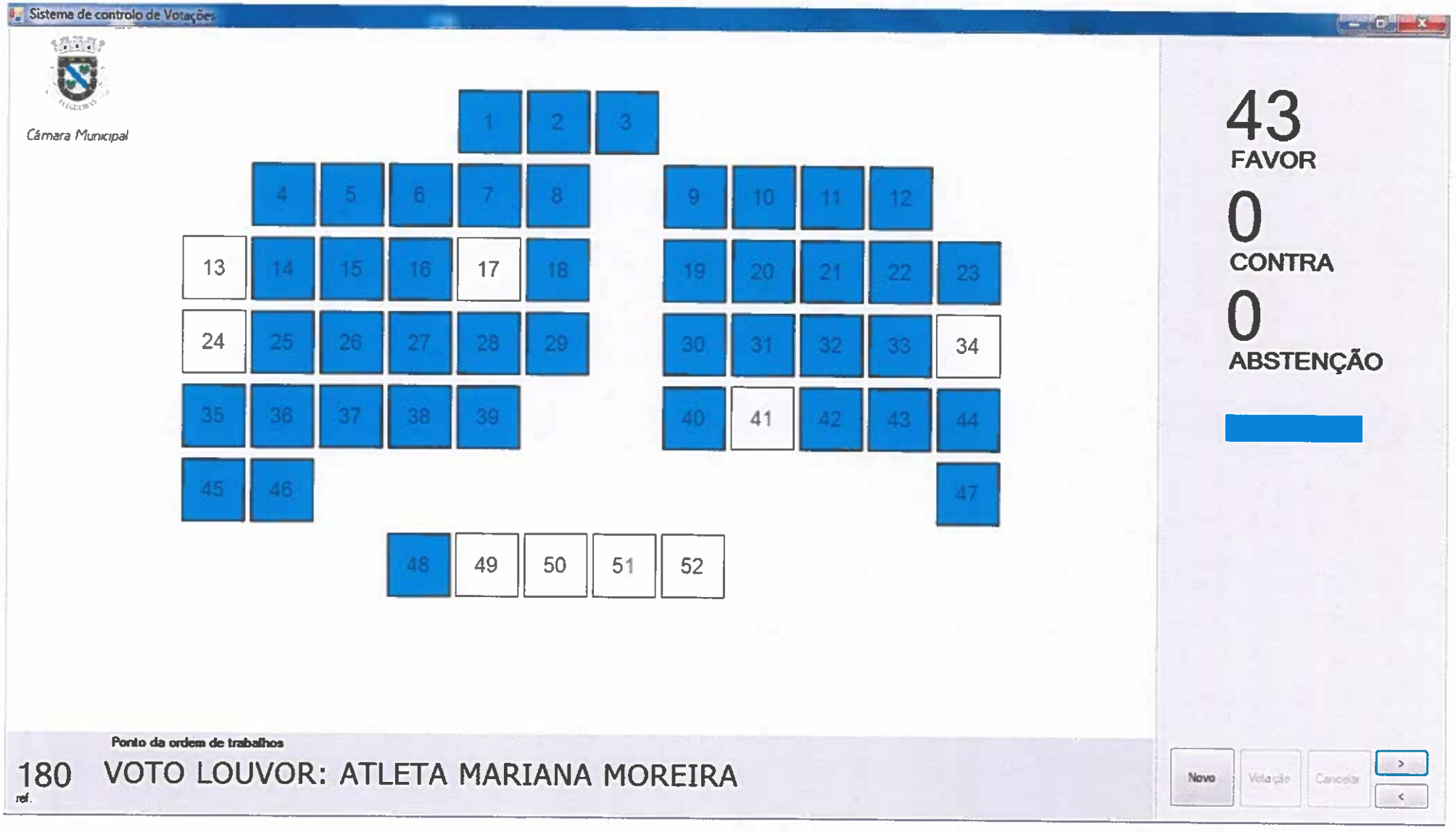


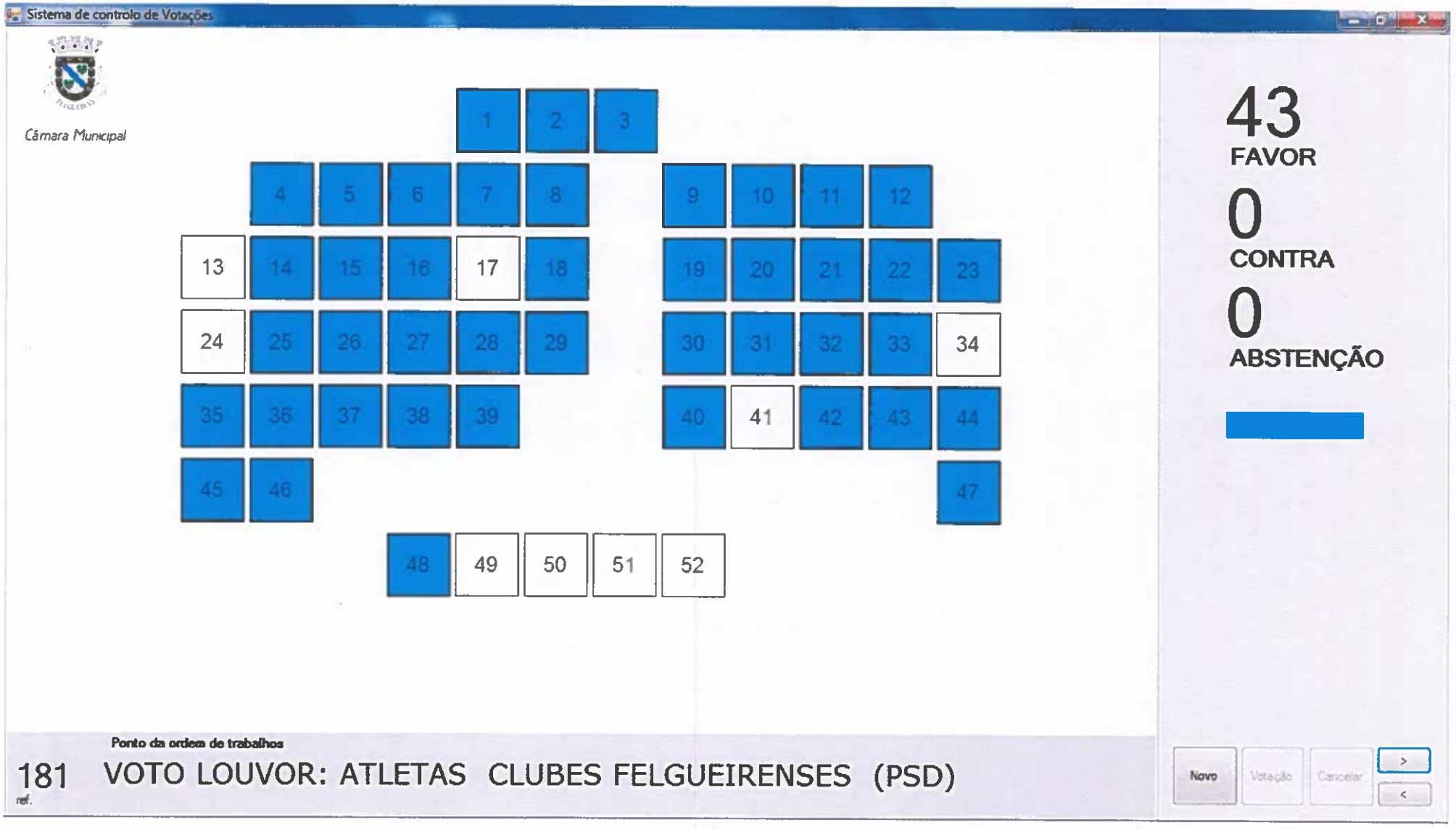
Anexo da Ata n.º 5 – Doc. N.º 2

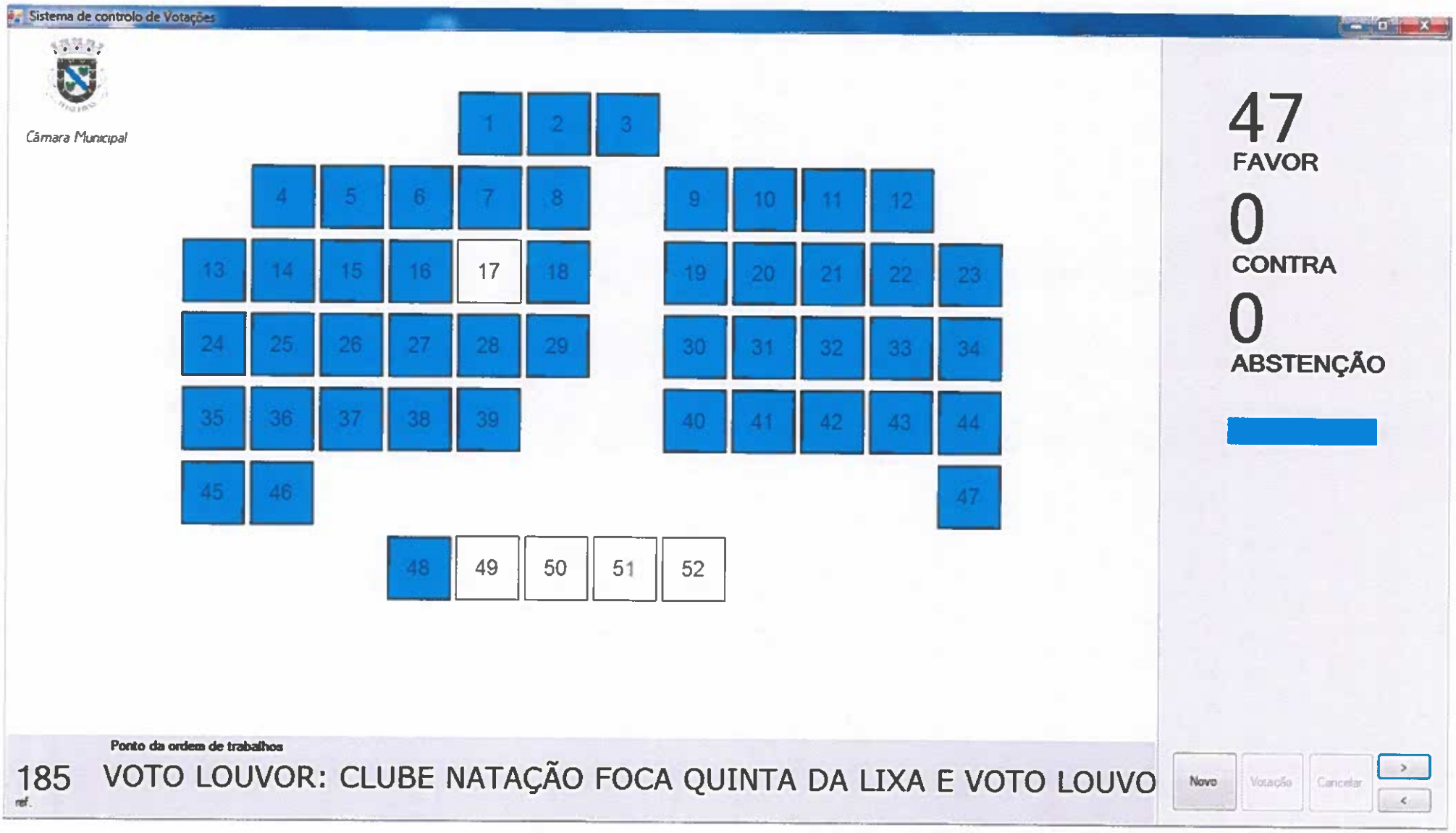
Anexo da Ata n.º 5 – Doc. N.º 2



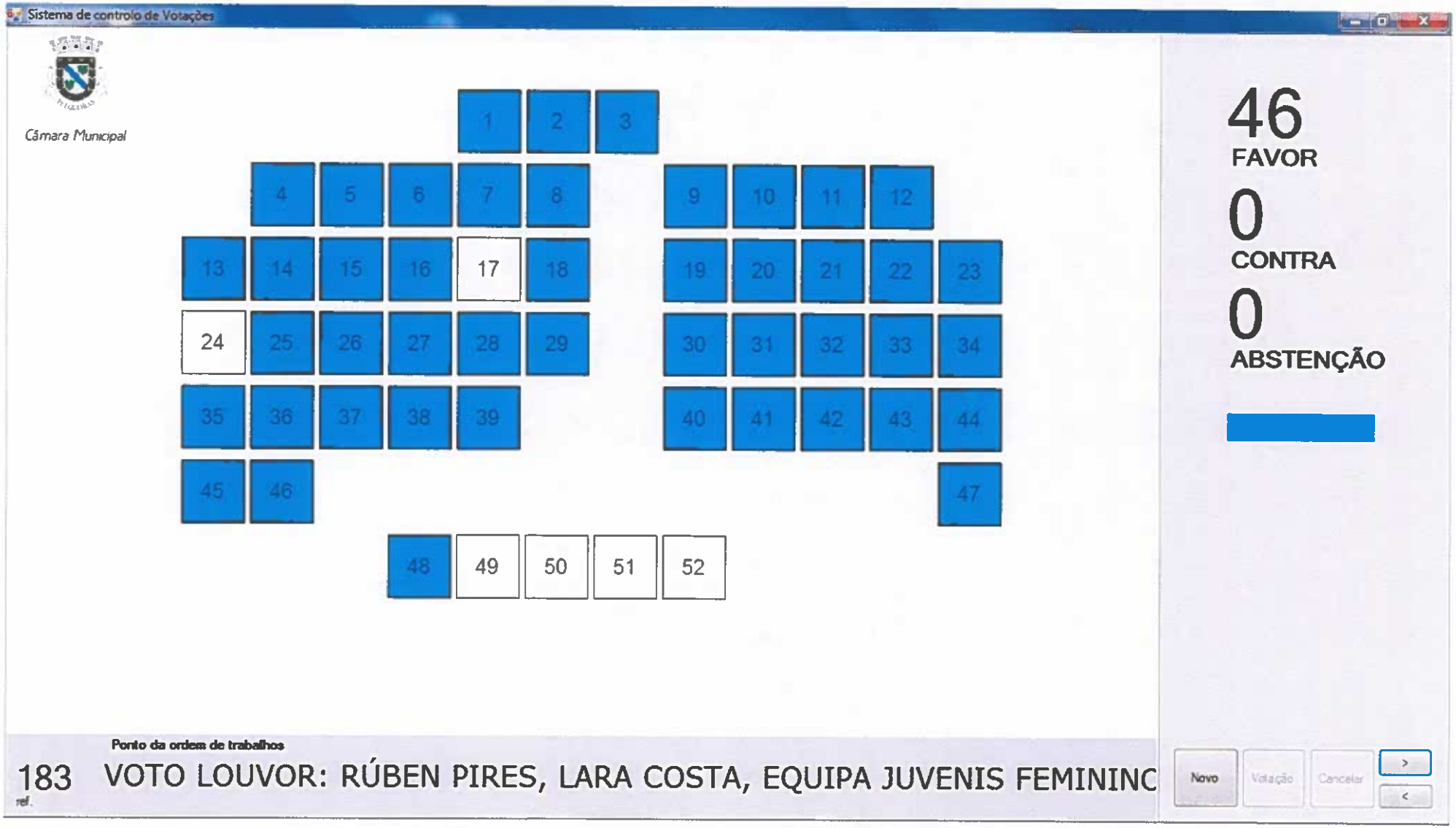

Sistema de controlo de Votações
Câmara Municipal
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
47
FAVOR
0
CONTRA
0
ABSTENÇÃO
Ponto da ordem de trabalhos
184
ref.
VOTO LOUVOR: AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE AIRÃES
Novo
Votação
Cancelar
>

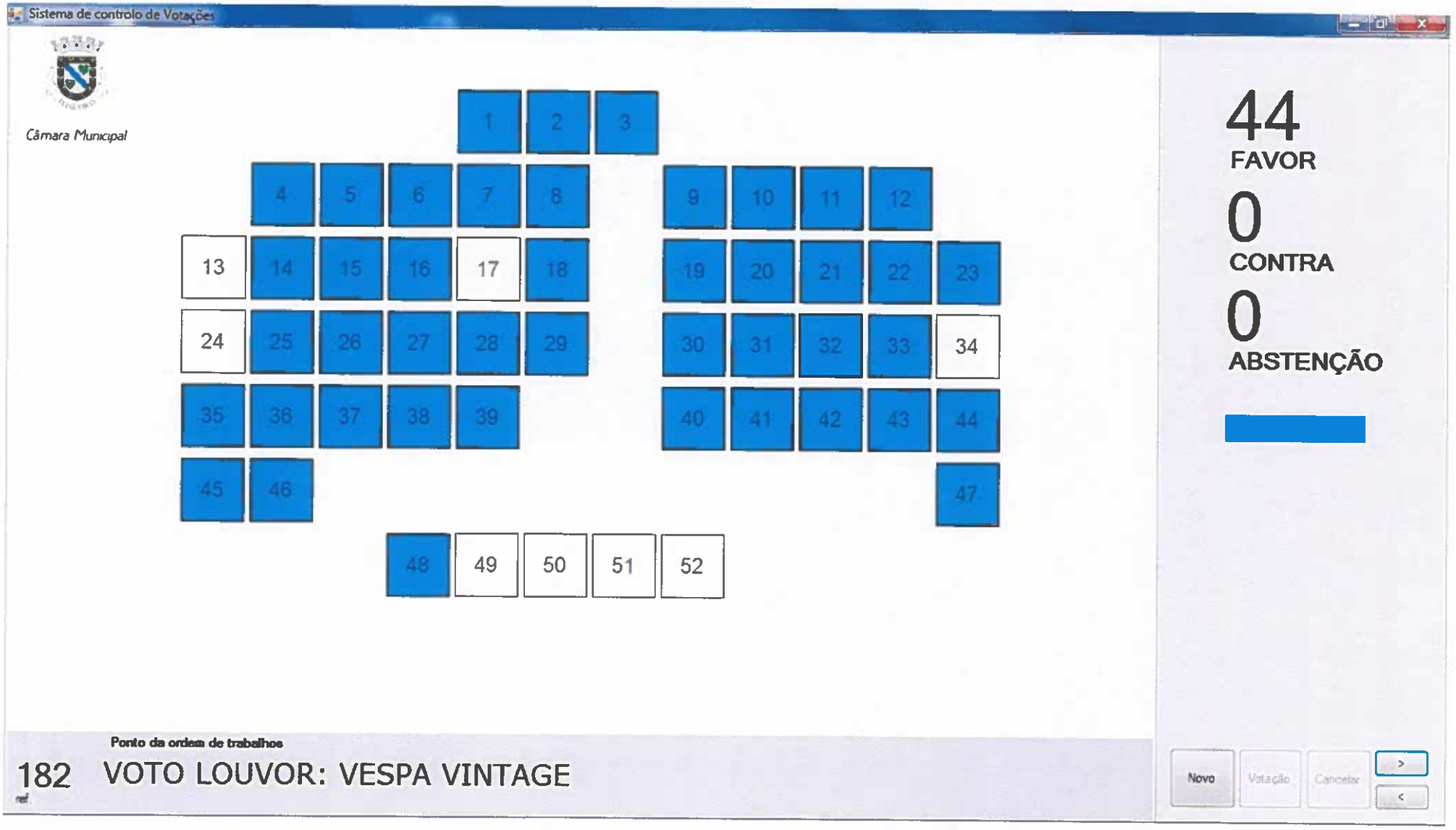

Sistema de controlo de Votações
Câmara Municipal
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
43
FAVOR
0
CONTRA
0
ABSTENÇÃO
Ponto da ordem de trabalhos
180
ref.
VOTO LOUVOR: ATLETA MARIANA MOREIRA
Novo
Votação
Cancelar
>

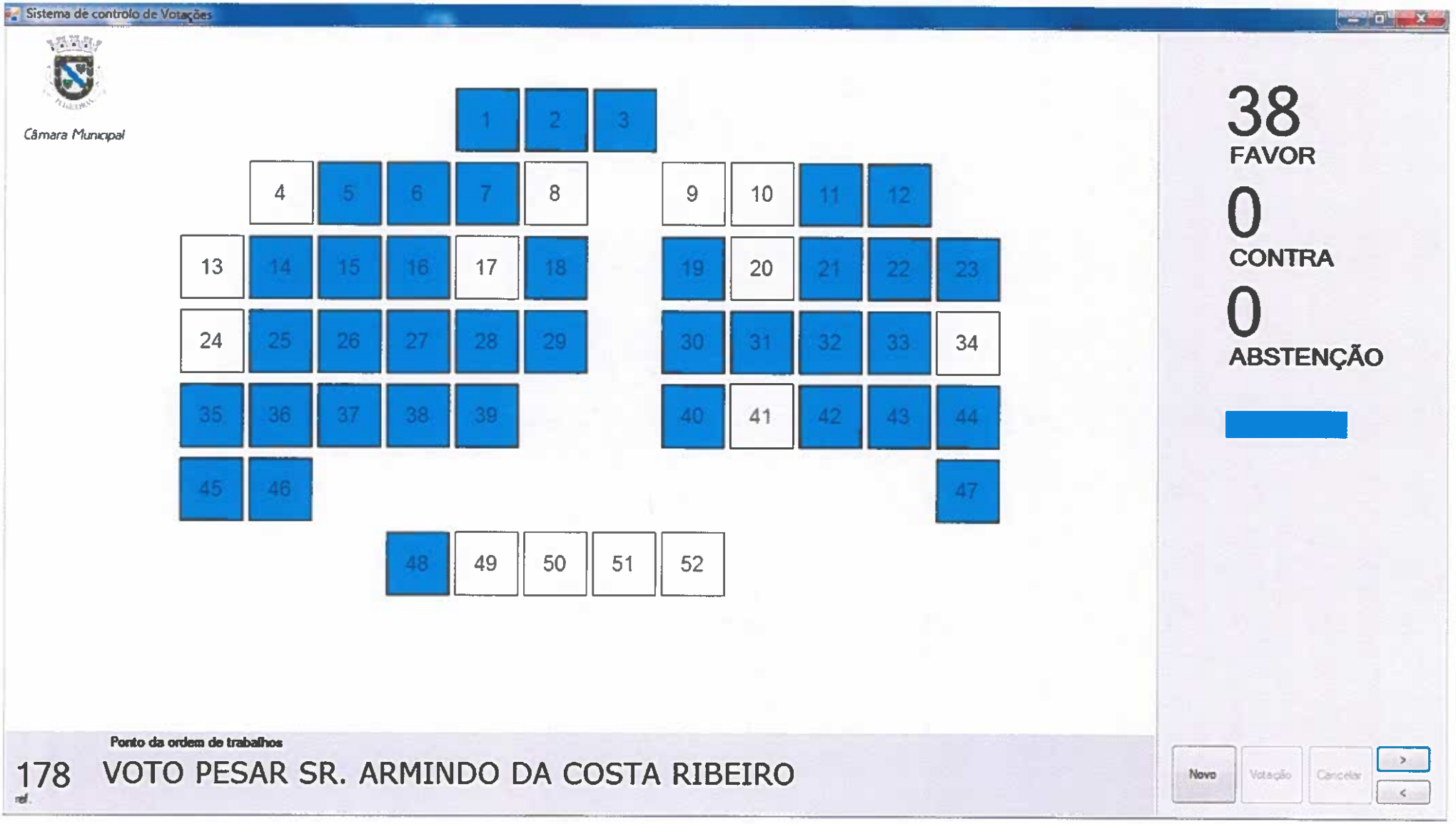

Sistema de controlo de Votações
Câmara Municipal
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
43
FAVOR
0
CONTRA
0
ABSTENÇÃO
Ponto da ordem de trabalhos
181
ref.
VOTO LOUVOR: ATLETAS CLUBES FELGUEIRENSES (PSD)
Novo
Votação
Cancelar
>

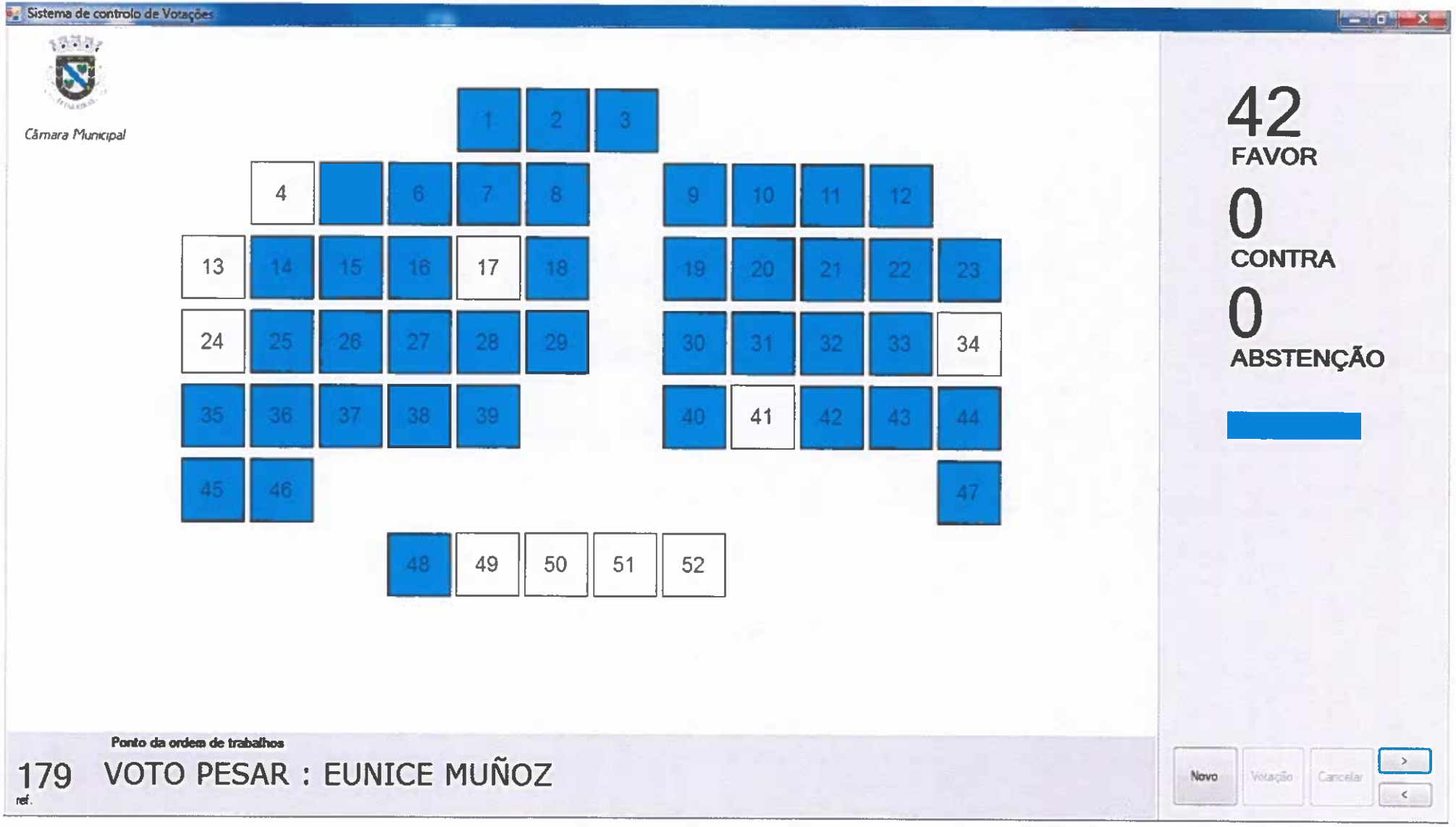

Sistema de controlo de Votações
Câmara Municipal
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
47
FAVOR
0
CONTRA
0
ABSTENÇÃO
Ponto da ordem de trabalhos
185
ref.
VOTO LOUVOR: CLUBE NATAÇÃO FOCA QUINTA DA LIXA E VOTO LOUVO
Novo
Votação
Cancelar
>

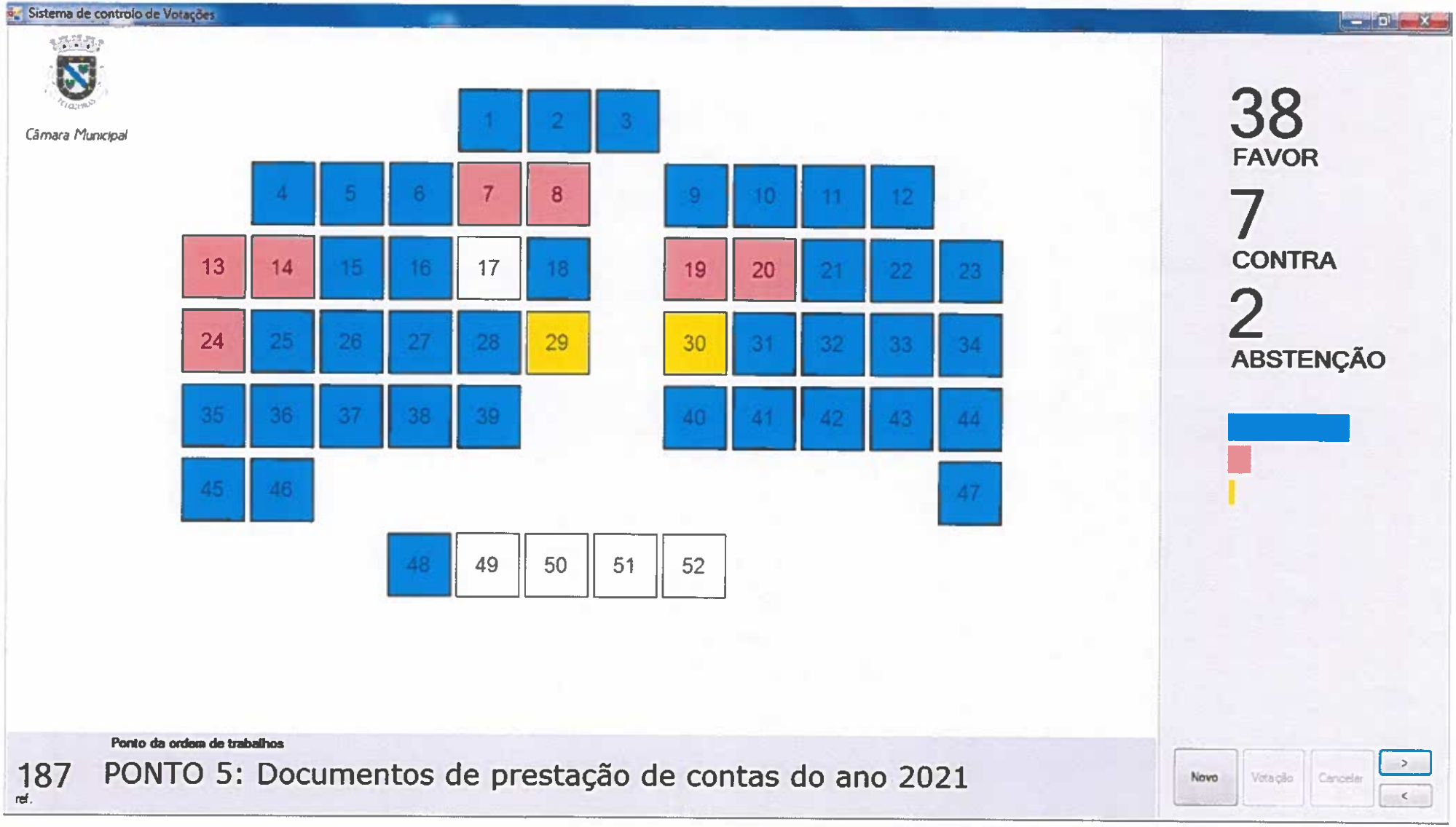
Sistema de controlo de Votações
Câmara Municipal
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
47
FAVOR
0
CONTRA
0
ABSTENÇÃO
Ponto da ordem de trabalhos
186
ref.
VOTO LOUVOR/CONGRATULAÇÃO : DEPUTADOS AR ANTÓNIO FARIA E PI
Novo
Votação
Cancelar
>

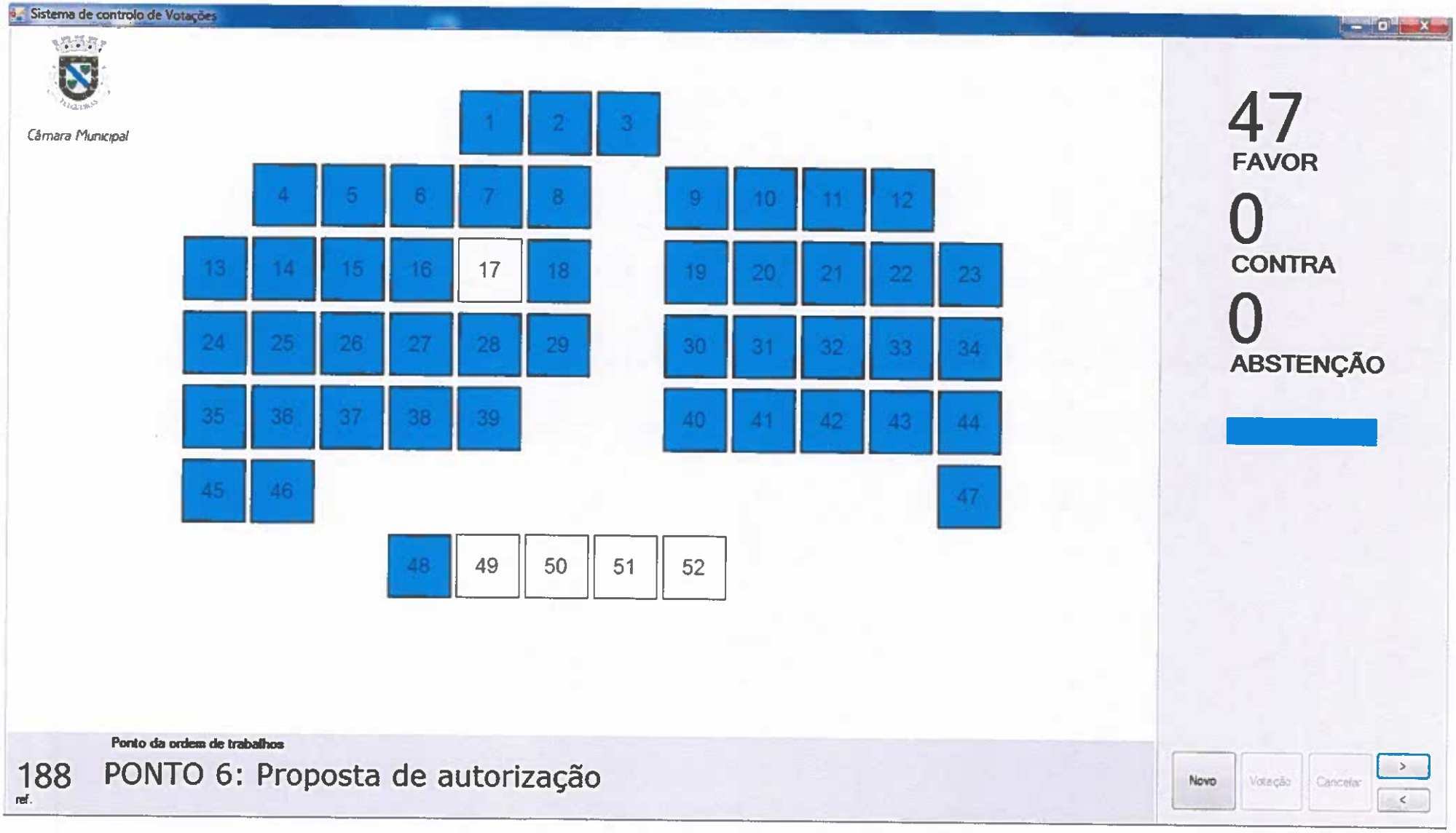

Sistema de controlo de Votações
Câmara Municipal
1 2 3
4 5 6 7 8
9 10 11 12
13 14 15 16 17 18
19 20 21 22 23
24 25 26 27 28 29
30 31 32 33 34
35 36 37 38 39
40 41 42 43 44
45 46
47
48 49 50 51 52
46
FAVOR
0
CONTRA
0
ABSTENÇÃO
Ponto da ordem de trabalhos
183
ref.
VOTO LOUVOR: RÚBEN PIRES, LARA COSTA, EQUIPA JUVENIS FEMININC
Novo
Votação
Cancelar
>

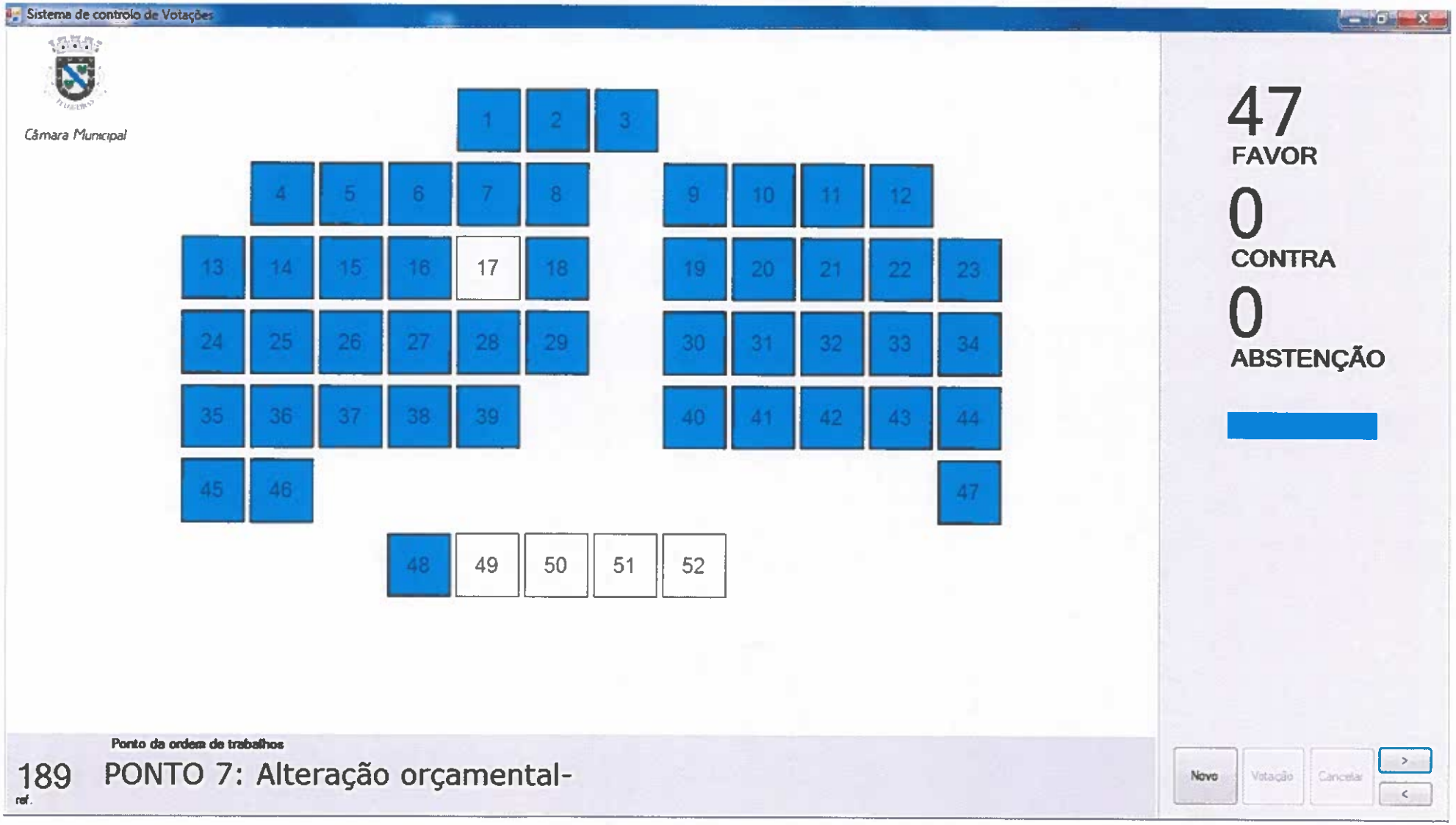

Sistema de controlo de Votações
Câmara Municipal
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
44
FAVOR
0
CONTRA
0
ABSTENÇÃO
Ponto da ordem de trabalhos
182
ref
VOTO LOUVOR: VESPA VINTAGE
Novo
Votação
Cancelar
>

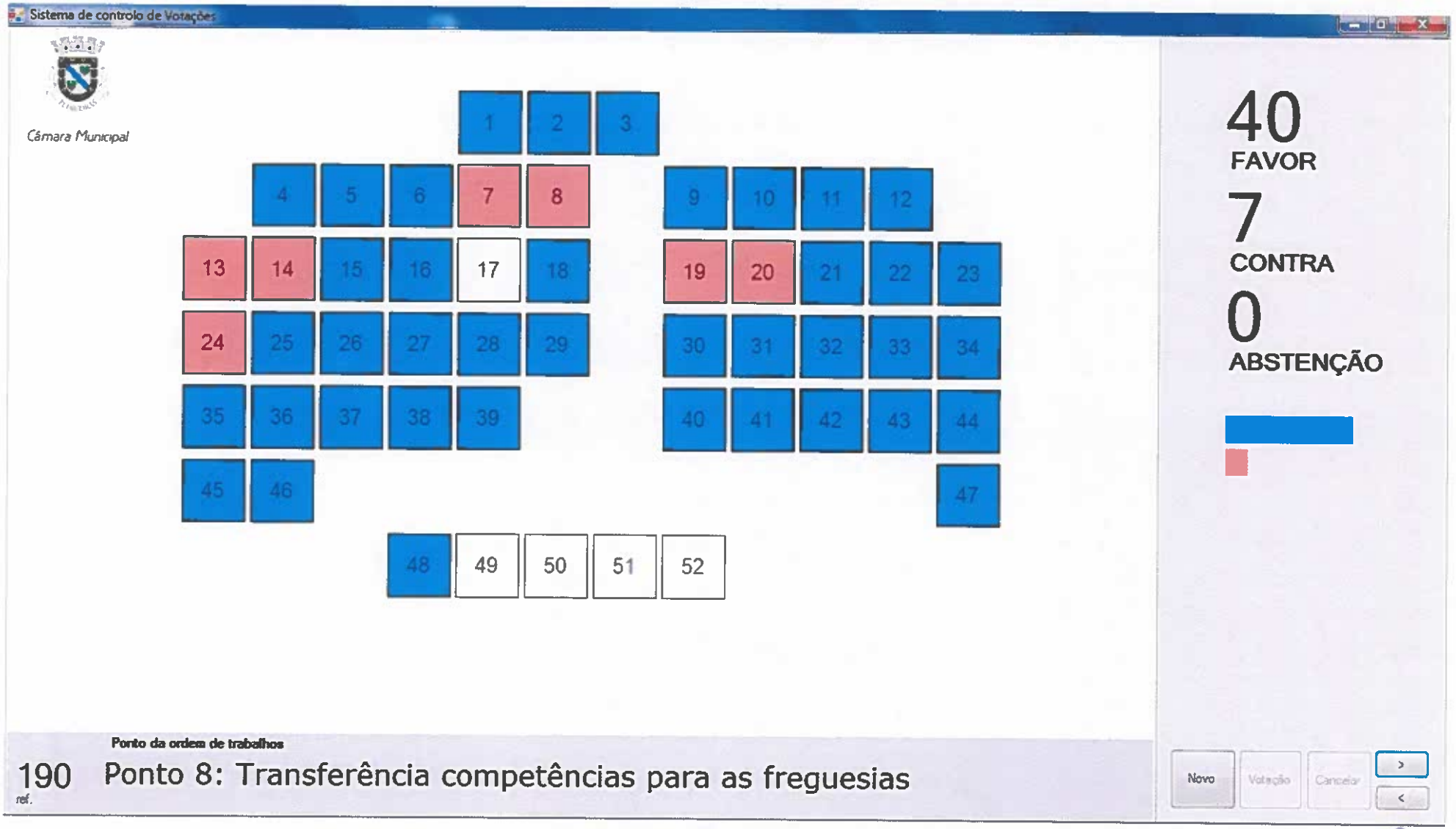

Sistema de controlo de Votações
Câmara Municipal
1 2 3
4 5 6 7 8
9 10 11 12
13 14 15 16 17 18
19 20 21 22 23
24 25 26 27 28 29
30 31 32 33 34
35 36 37 38 39
40 41 42 43 44
45 46
47
48 49 50 51 52
38
FAVOR
0
CONTRA
0
ABSTENÇÃO
Ponto da ordem de trabalhos
178
ref.
VOTO PESAR SR. ARMINDO DA COSTA RIBEIRO
Novo
Votação
Cancelar
>


Sistema de controlo de Votações
Câmara Municipal
1
2
3
4
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
42
FAVOR
0
CONTRA
0
ABSTENÇÃO
Ponto da ordem de trabalhos
179
ref.
VOTO PESAR : EUNICE MUÑOZ
Novo
Votação
Cancelar
>

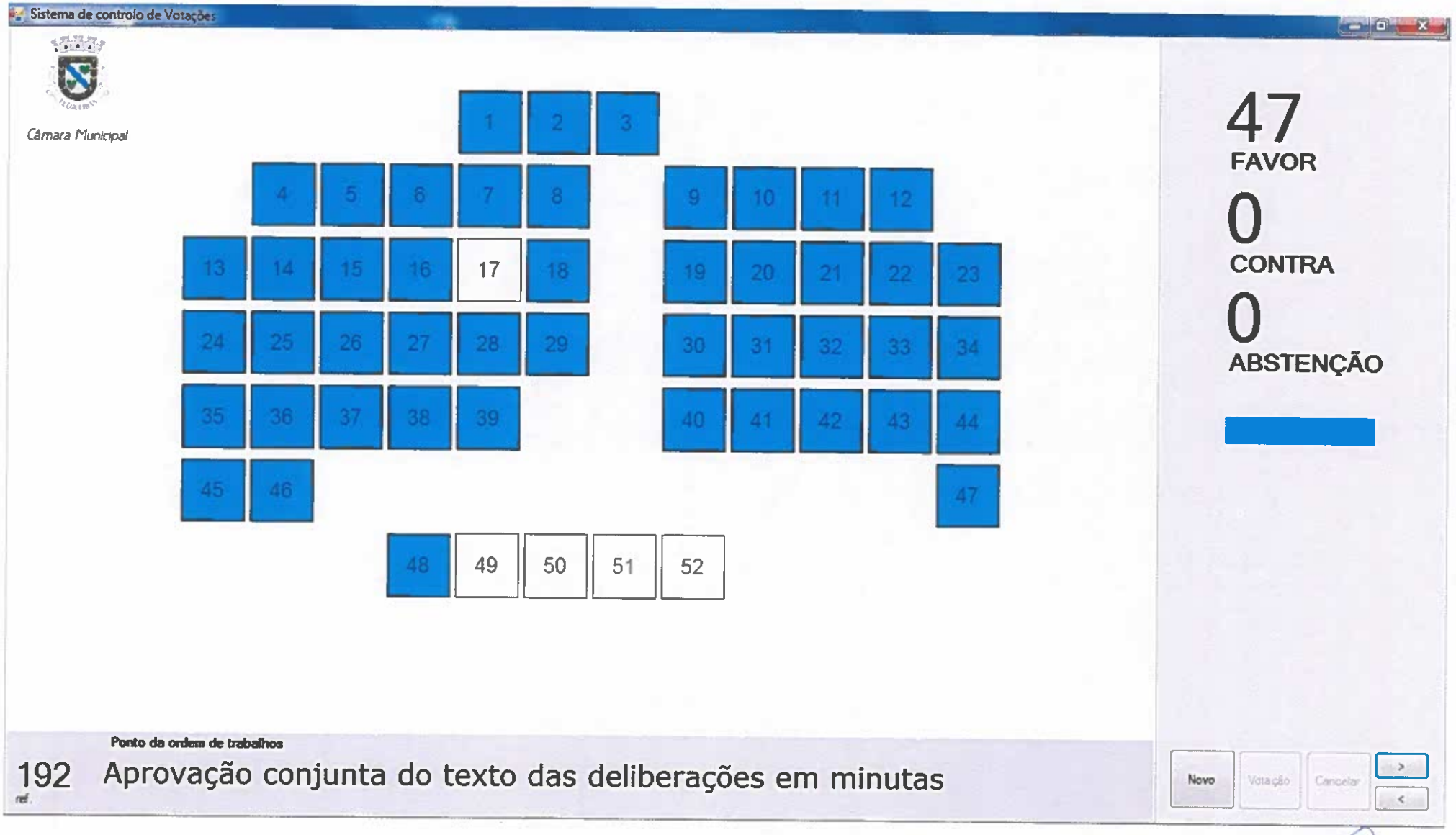

Sistema de controlo de Votações
Câmara Municipal
1 2 3
4 5 6 7 8
9 10 11 12
13 14 15 16 17 18
19 20 21 22 23
24 25 26 27 28 29
30 31 32 33 34
35 36 37 38 39
40 41 42 43 44
45 46
47
48 49 50 51 52
38
FAVOR
7
CONTRA
2
ABSTENÇÃO
Ponto da ordem de trabalhos
187
ref.
PONTO 5: Documentos de prestação de contas do ano 2021
Novo
Votação
Cancelar
>


Sistema de controlo de Votações
Câmara Municipal
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
47
FAVOR
0
CONTRA
0
ABSTENÇÃO
Ponto da ordem de trabalhos
188
ref.
PONTO 6: Proposta de autorização
Novo
Votação
Cancelar
>


Sistema de controlo de Votações
Câmara Municipal
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
47
FAVOR
0
CONTRA
0
ABSTENÇÃO
Ponto da ordem de trabalhos
189
ref.
PONTO 7: Alteração orçamental-
Novo
Votação
Cancelar
>


Sistema de controlo de Votações
Câmara Municipal
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
40
FAVOR
7
CONTRA
0
ABSTENÇÃO
Ponto da ordem de trabalhos
190
ref.
Ponto 8: Transferência competências para as freguesias
Novo
Votação
Cancelar
>

Sistema de controlo de Votações
Câmara Municipal
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
47
FAVOR
0
CONTRA
0
ABSTENÇÃO
Ponto da ordem de trabalhos
191
ref.
PONTO 9: Revisão do Regimento da Assembleia Municipal
Novo
Votação
Cancelar
>


Sistema de controlo de Votações
Câmara Municipal
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
47
FAVOR
0
CONTRA
0
ABSTENÇÃO
Ponto da ordem de trabalhos
192
ref.
Aprovação conjunta do texto das deliberações em minutas
Novo
Votação
Cancelar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FIGUEIRAS

Deputados Municipais	Comando eletrónico
ORDEM ALFABÉTICA	
Agostinho do Vale Ferreira	12
Américo Jorge Vaz Monteiro	38
António Alfredo Macedo Alves	06
António Joaquim Ribeiro da Silva	26
António Jorge Ferreira da Silva	15
Bartolomeu Virgílio Borges Pereira	36
Carla Cristina Neto Lobão	27
Catarina Isabel Assis de Sousa	10
Cláudia do Rosário Coelho Ventura em substituição de João Filipe Faria Valente	37
Diana Margarida Teixeira Ribeiro	25
Eduardo Jorge Sampaio de Magalhães, em substituição de Marta Manuela Teixeira Simões	48
Élio David Rodrigues da Silva, em substituição de Paulo Jorge Brochado Soares	16
Elisa Odete Serdoura Rodrigues	13
Fernando Miguel da Costa Aires Faria	44
Gina Maria Sousa Costa	35
Hélder Filipe Magalhães e Silva	04
Hernâni Jorge Teixeira Diogo	18
Hugo Emanuel Pinto Sampaio	30
João Fernando Lopes de Sousa	24
Joaquim Jorge Leite Marinho	34
José António de Sousa Guimarães	46
José António Lemos de Araújo	42
José Carlos Pinto da Silva	40
José Carlos Santos Lopes	23
José Carvalho Mendes	14
José da Silva Campos	01
José Manuel da Costa Martins	11
José Manuel Fernandes Pinto	31
Júlia Maria Gomes Silvério Peixoto	28
Júlio da Silva Pereira	32
Leonel Fernando Pinto Coelho da Costa	07
Liliana Patrícia Pires da Cunha, em substituição de Marco César Teixeira da Silva	41
Lúcia Alexandra Sampaio Valente de Melo Ribeiro	43
Luís Paulo Leite Pinto	09
Margarida Paula Leite Faria Teixeira de Sousa	02
Maria de Fátima Fernandes de Castro	20
Mário Ribeiro da Costa	45
Mário Rui Pinheiro Gaspar	05

Nuno Miguel Teixeira Lopes	29
Paulo Eduardo Macedo Pereira	39
Rui Miguel Ribeiro de Oliveira	08
Sandra Alice da Silva Loureiro	47
Sandra de Fátima Mendes Teixeira	22
Sandro Davide Sousa Afonso	21
Sílvia Perpétua Lopes da Cunha	33
Simone Manuela Dias de Magalhães	03
Vítor José Mendes Silva	19

2022.04.29

Deputados Municipais	Comando eletrónico
ORDEM NUMÉRICA	
José da Silva Campos	01
Margarida Paula Leite Faria Teixeira de Sousa	02
Simone Manuela Dias de Magalhães	03
Hélder Filipe Magalhães e Silva	04
Mário Rui Pinheiro Gaspar	05
António Alfredo Macedo Alves	06
Leonel Fernando Pinto Coelho da Costa	07
Rui Miguel Ribeiro de Oliveira	08
Luís Paulo Leite Pinto	09
Catarina Isabel Assis de Sousa	10
José Manuel da Costa Martins	11
Agostinho do Vale Ferreira	12
Elisa Odete Serdoura Rodrigues	13
José Carvalho Mendes	14
António Jorge Ferreira da Silva	15
Élio David Rodrigues da Silva, em substituição de Paulo Jorge Brochado Soares	16
Hernâni Jorge Teixeira Diogo	18
Vítor José Mendes Silva	19
Maria de Fátima Fernandes de Castro	20
Sandro Davide Sousa Afonso	21
Sandra de Fátima Mendes Teixeira	22
José Carlos Santos Lopes	23
João Fernando Lopes de Sousa	24
Diana Margarida Teixeira Ribeiro	25
António Joaquim Ribeiro da Silva	26
Carla Cristina Neto Lobão	27
Júlia Maria Gomes Silvério Peixoto	28
Nuno Miguel Teixeira Lopes	29
Hugo Emanuel Pinto Sampaio	30
José Manuel Fernandes Pinto	31
Júlio da Silva Pereira	32
Sílvia Perpétua Lopes da Cunha	33
Joaquim Jorge Leite Marinho	34
Gina Maria Sousa Costa	35
Bartolomeu Virgílio Borges Pereira	36
Cláudia do Rosário Coelho Ventura em substituição de João Filipe Faria Valente	37
Américo Jorge Vaz Monteiro	38
Paulo Eduardo Macedo Pereira	39
José Carlos Pinto da Silva	40

Liliana Patrícia Pires da Cunha, em substituição de Marco César Teixeira da Silva	41
José António Lemos de Araújo	42
Lúcia Alexandra Sampaio Valente de Melo Ribeiro	43
Fernando Miguel da Costa Aires Faria	44
Mário Ribeiro da Costa	45
José António de Sousa Guimarães	46
Sandra Alice da Silva Loureiro	47
Eduardo Jorge Sampaio de Magalhães, em substituição de Marta Manuela Teixeira Simões	48

2022.04.29